



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE MINAS GERAIS  
AV. PRUDENTE DE MORAIS, 100 - Bairro CIDADE JARDIM - CEP 30380000 - Belo Horizonte - MG

## **EDITAL**

### **PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS SEM DEDICAÇÃO EXCLUSIVA DE MÃO DE OBRA**

#### **AMPLA CONCORRÊNCIA**

**SEI Nº 0002211-25.2025.6.13.8000**

**PREGÃO ELETRÔNICO: 90034/2026**

**DATA DA SESSÃO PÚBLICA: Dia 18/05/2026 às 14h (horário de Brasília)**

**CRITÉRIO DE JULGAMENTO: Menor preço global**

**MODO DE DISPUTA: Aberto e fechado**

**VALOR TOTAL MÁXIMO DA CONTRATAÇÃO: R\$1.179.573,30 (um milhão, cento e setenta e nove mil quinhentos e setenta e três reais e trinta centavos), incluindo todos os serviços a serem prestados, conforme Anexos I ao VI do Termo de Referência (Anexo I deste Edital).**

Torna-se público que a UNIÃO, por intermédio do **TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE MINAS GERAIS**, UASG 070014, com sede na Av. Prudente de Moraes, nº 100, Bairro Cidade Jardim, Belo Horizonte, inscrito no CNPJ sob o n.º 05.940.740/0001-21, realizará licitação, na modalidade PREGÃO, na forma ELETRÔNICA, nos termos da [Lei nº 14.133, de 2021](#), e legislação aplicável e, ainda, de acordo com as condições estabelecidas neste Edital.

## 1. DO OBJETO

1.1. O objeto da presente licitação é a prestação de serviços de **transporte rodoviário de carga**, para realização de serviços de transporte de urnas eletrônicas e outros materiais para diversos municípios do Estado de Minas Gerais, por ocasião das Eleições 2026, conforme condições estabelecidas neste Edital e seus anexos.

1.2. A licitação será realizada em único item.

## 2. DA PARTICIPAÇÃO NA LICITAÇÃO

2.1. Poderão participar deste Pregão os interessados que estiverem previamente credenciados no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores - SICAF e no Sistema de Compras do Governo Federal ([www.gov.br/compras/pt-br](http://www.gov.br/compras/pt-br)), por meio de Certificado Digital conferido pela Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP - Brasil.

2.2. Será concedido tratamento favorecido para as microempresas e empresas de pequeno porte e equiparadas, nos limites previstos na [Lei Complementar nº 123, de 2006](#).

2.2.1. A obtenção do benefício a que se refere o subitem anterior fica limitada às microempresas e às empresas de pequeno porte e equiparadas que, no ano-calendário de realização da licitação, ainda não tenham celebrado contratos com a Administração Pública cujos valores somados extrapolem a receita bruta máxima admitida para fins de enquadramento como empresa de pequeno porte.

2.2.2. Para fins deste Edital, consideram-se como equiparadas às microempresas e empresas de pequeno porte, os microempreendedores individuais - MEI, conforme art. 18-E, §3º, da Lei Complementar nº 123/2006, bem como as sociedades cooperativas mencionadas no art. 34 da Lei nº 11.488/2007.

2.3. Os interessados deverão atender às condições exigidas no cadastramento no SICAF até o terceiro dia útil anterior à data prevista para recebimento das propostas.

2.4. O licitante responsabiliza-se exclusiva e formalmente pelas transações efetuadas em seu nome, assume como firmes e verdadeiras suas propostas e seus lances, inclusive os atos praticados diretamente ou por seu representante, excluindo a responsabilidade do provedor do sistema ou do órgão ou entidade promotora da licitação por eventuais danos decorrentes de uso indevido das credenciais de acesso, ainda que por terceiros.

2.5. É de responsabilidade do cadastrado conferir a exatidão dos seus dados cadastrais nos Sistemas relacionados no subitem anterior e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.

2.6. A não observância do disposto no subitem anterior poderá ensejar a inabilitação na fase correspondente no momento da habilitação.

### 2.7. Não poderão disputar esta licitação:

2.7.1. aquele que não atenda às condições deste Edital e seu(s) anexo(s);

2.7.2. pessoa física ou jurídica que se encontre, ao tempo da licitação, impossibilitada de participar da licitação em decorrência de sanção que lhe foi imposta;

2.7.3. aquele que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau;

2.7.4. empresas controladoras, controladas ou coligadas, nos termos da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, concorrendo entre si;

2.7.5. pessoa física ou jurídica que, nos 5 (cinco) anos anteriores à divulgação do edital, tenha sido condenada judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista;

2.7.6. organizações da Sociedade Civil de Interesse Público - OSCIP, atuando nessa condição, nos termos do Acórdão TCU - Plenário nº 2426/2020;

2.7.7. agente público do órgão ou entidade contratante, devendo ser observadas as situações que possam configurar conflito de interesses no exercício ou após o exercício do cargo ou emprego, nos termos da legislação que disciplina a matéria, conforme [§ 1º do art. 9º da Lei n.º 14.133, de 2021](#).

2.8. O impedimento de que trata o subitem 2.7.2 será também aplicado ao licitante que atue em substituição a outra pessoa, física ou jurídica, com o intuito de burlar a efetividade da sanção a ela aplicada, inclusive a sua controladora, controlada ou coligada, desde que devidamente comprovado o ilícito ou a utilização fraudulenta da personalidade jurídica do licitante.

2.9. A vedação de que trata o subitem 2.7.7 estende-se a terceiro que auxilie a condução da contratação na qualidade de integrante de equipe de apoio, profissional especializado ou funcionário ou representante de empresa que preste assessoria técnica.

### 3. **DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA**

3.1. Na presente licitação, a fase de habilitação sucederá as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento.

3.2. Os licitantes encaminharão, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, a proposta com o preço, conforme o critério de julgamento adotado neste Edital, até a data e o horário estabelecidos para abertura da sessão pública.

3.3. **No cadastramento da proposta inicial, o licitante declarará, em campo próprio do sistema, que:**

3.3.1. está ciente e concorda com as condições contidas no edital e seus anexos, bem como de que a proposta apresentada compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de sua entrega em definitivo e que cumpre plenamente os requisitos de habilitação definidos no instrumento convocatório;

3.3.2. não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do [artigo 7º, XXXIII, da Constituição](#);

3.3.3. não possui, em sua cadeia produtiva, empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos [incisos III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal](#);

3.3.4. cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas;

3.4. O licitante organizado em cooperativa deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no [artigo 16 da Lei nº 14.133, de 2021](#).

3.5. O fornecedor enquadrado como microempresa, empresa de pequeno porte ou equiparada deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos legais, o que o tornará apto a usufruir do tratamento favorecido estabelecido nos [arts 42 a 49 da Lei Complementar nº 123, de 2006](#), observado o disposto nos [§§ 1º ao 3º do art. 4º, da Lei n.º 14.133/2021](#).

3.6. A falsidade da declaração de que tratam os subitens 3.3 a 3.5 sujeitará o licitante às sanções previstas na [Lei nº 14.133, de 2021](#), e neste Edital.

- 3.7. Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta até a abertura da sessão pública.
- 3.8. Não haverá ordem de classificação na etapa de apresentação da proposta pelo licitante, o que ocorrerá somente após os procedimentos de abertura da sessão pública e da fase de envio de lances.
- 3.9. Serão disponibilizados para acesso público os documentos que compõem a proposta dos licitantes convocados para apresentação de propostas, após a fase de envio de lances.
- 3.10. **Desde que disponibilizada a funcionalidade no sistema, o licitante poderá parametrizar o seu valor final mínimo**, quando do cadastramento da proposta e obedecerá às seguintes regras:
- 3.10.1. a aplicação do intervalo mínimo de diferença de valores ou de percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação ao lance que cobrir a melhor oferta; e
- 3.10.2. os lances serão de envio automático pelo sistema, respeitado o valor final mínimo estabelecido e o intervalo de que trata o subitem acima.
- 3.11. O valor final mínimo parametrizado no sistema poderá ser alterado pelo licitante durante a fase de disputa, sendo vedado valor superior a lance já registrado pelo mesmo no sistema.
- 3.12. O valor final mínimo parametrizado na forma dos subitens 3.10 e 3.11 possuirá caráter sigiloso para os demais licitantes e para o órgão ou entidade promotora da licitação, podendo ser disponibilizado estrita e permanentemente aos órgãos de controle externo e interno.
- 3.13. Caberá ao licitante interessado em participar da licitação acompanhar as operações no sistema eletrônico durante o processo licitatório e se responsabilizar pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de mensagens emitidas pela Administração ou de sua desconexão.
- 3.14. O licitante deverá comunicar imediatamente ao provedor do sistema qualquer acontecimento que possa comprometer o sigilo ou a segurança, para imediato bloqueio de acesso.

#### 4. **DO PREENCHIMENTO DA PROPOSTA**

- 4.1. O licitante deverá enviar sua proposta mediante o preenchimento, no sistema eletrônico, dos seguintes campos:
- 4.1.1. Valor unitário e total dos serviços, contemplando a execução total das rotas apresentadas nos Anexos I a VI do Termo de Referência. (Anexo I deste Edital)
- 4.1.2. Descrição da prestação dos serviços, contendo as informações de acordo com os parâmetros estabelecidos no Termo de Referência.
- 4.2. Todas as especificações do objeto contidas na proposta vinculam o licitante.
- 4.3. Nos valores propostos estarão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente na execução do objeto.
- 4.4. Os preços ofertados, tanto na proposta inicial, quanto na etapa de lances, serão de exclusiva responsabilidade do licitante, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.
- 4.5. Se o regime tributário da empresa implicar o recolhimento de tributos em percentuais variáveis, a cotação adequada será a que corresponde à média dos efetivos recolhimentos da empresa nos últimos doze meses.
- 4.6. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, no pagamento serão retidos na fonte os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

4.7. A apresentação das propostas implica obrigatoriedade do cumprimento das disposições nelas contidas, em conformidade com o que dispõe o Termo de Referência, assumindo o proponente o compromisso de executar o objeto licitado nos seus termos, bem como de fornecer os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, em quantidades e qualidades adequadas à perfeita execução contratual, promovendo, quando requerido, sua substituição.

4.8. O prazo de validade da proposta não será inferior a **60 (sessenta)** dias, a contar da data de sua apresentação. Caso a adjudicação não possa ocorrer dentro do período de validade da proposta, por motivo de força maior, o Tribunal Regional Eleitoral de Minas Gerais poderá solicitar a prorrogação geral da validade por, no máximo, igual período.

4.9. Os licitantes devem respeitar os preços máximos estabelecidos nas normas de regência de contratações públicas federais, quando participarem de licitações públicas.

4.10. O descumprimento das regras contidas neste título, por parte dos licitantes, poderá ensejar a responsabilização pelo Tribunal de Contas da União e, após o devido processo legal, gerar as seguintes consequências: assinatura de prazo para a adoção das medidas necessárias ao exato cumprimento da lei, nos termos do [art. 71, inciso IX, da Constituição](#), e pagamento dos prejuízos ao erário, caso verificada a ocorrência de superfaturamento por sobrepreço na execução do contrato.

## 5. **DA ABERTURA DA SESSÃO, APRESENTAÇÃO DAS PROPOSTAS E FORMULAÇÃO DE LANCES**

5.1. A abertura da presente licitação dar-se-á automaticamente em sessão pública, por meio de sistema eletrônico, na data, horário e local indicados neste Edital.

5.1.1. Será desclassificada a proposta que identifique o licitante.

5.1.2. A desclassificação será sempre fundamentada e registrada no sistema, com acompanhamento em tempo real por todos os participantes.

5.2. O sistema ordenará automaticamente as propostas classificadas, sendo que somente estas participarão da fase de lances.

5.3. O sistema disponibilizará campo próprio para troca de mensagens entre o(a) Pregoeiro(a) e os licitantes.

5.4. Iniciada a etapa competitiva, os licitantes deverão encaminhar lances exclusivamente por meio de sistema eletrônico, sendo imediatamente informados do seu recebimento e do valor consignado no registro.

5.5. O lance deverá ser ofertado pelo valor total/global do item.

5.6. Os licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observando o horário fixado para abertura da sessão e as regras estabelecidas no Edital.

5.7. O licitante somente poderá oferecer lance de valor inferior ao último por ele ofertado e registrado pelo sistema.

5.8. O intervalo mínimo de diferença de valores entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação à proposta que cobrir a melhor oferta deverá ser de R\$0,01 (um centavo).

5.9. O licitante poderá, uma única vez, excluir seu último lance ofertado, no intervalo de quinze segundos após o registro no sistema, na hipótese de lance inconsistente ou inexecuível.

5.10. Será adotado para o envio de lances no pregão eletrônico o **modo de disputa "aberto e fechado"**, no qual os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com lance final e fechado.

5.10.1. A etapa de lances da sessão pública terá duração inicial de quinze minutos. Após esse prazo, o sistema encaminhará aviso de fechamento iminente dos lances, após o que transcorrerá o período de tempo de até dez minutos, aleatoriamente determinado, findo o qual será automaticamente encerrada a recepção de lances.

- 5.10.2. Encerrado o prazo previsto no subitem anterior, o sistema abrirá oportunidade para que o autor da oferta de valor mais baixo e os das ofertas com preços até 10% (dez por cento) superiores àquela possam ofertar um lance final e fechado em até cinco minutos, o qual será sigiloso até o encerramento deste prazo.
- 5.10.3. No procedimento de que trata o subitem supra, o licitante poderá optar por manter o seu último lance da etapa aberta, ou por ofertar melhor lance.
- 5.10.4. Não havendo pelo menos três ofertas nas condições definidas neste subitem, poderão os autores dos melhores lances subsequentes, na ordem de classificação, até o máximo de três, oferecer um lance final e fechado em até cinco minutos, o qual será sigiloso até o encerramento deste prazo.
- 5.10.5. Após o término dos prazos estabelecidos nos subitens anteriores, o sistema ordenará e divulgará os lances segundo a ordem crescente de valores.
- 5.11. Definida a melhor proposta, se a diferença em relação à proposta classificada em segundo lugar for de pelo menos 5% (cinco por cento), o(a) Pregoeiro(a), auxiliado pela equipe de apoio, poderá admitir o reinício da disputa aberta, para a definição das demais colocações.
- 5.12. Após o reinício previsto no subitem supra, os licitantes serão convocados para apresentar lances intermediários.
- 5.13. Após o término dos prazos estabelecidos nos subitens anteriores, o sistema ordenará e divulgará os lances segundo a ordem crescente de valores.
- 5.14. Não serão aceitos dois ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido e registrado em primeiro lugar.
- 5.15. Durante o transcurso da sessão pública, os licitantes serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedada a identificação do licitante.
- 5.16. No caso de desconexão com o(a) Pregoeiro(a), no decorrer da etapa competitiva do Pregão, o sistema eletrônico poderá permanecer acessível aos licitantes para a recepção dos lances.
- 5.17. Quando a **desconexão do sistema eletrônico para o(a) Pregoeiro(a) persistir por tempo superior a dez minutos, a sessão pública será suspensa e reiniciada somente após decorridas vinte e quatro horas da comunicação do fato pelo (a) Pregoeiro(a) aos participantes**, no sítio Compras.gov.br.
- 5.18. Caso o licitante não apresente lances, concorrerá com o valor de sua proposta.
- 5.19. Encerrada a etapa de lance, será efetivada, de forma automática, junto à Receita Federal, a verificação do porte das entidades empresariais participantes do processo licitatório. O sistema identificará em coluna própria as microempresas e empresas de pequeno porte e equiparadas participantes, procedendo à comparação com os valores da primeira colocada, se esta for empresa de maior porte, assim como das demais classificadas, para o fim de aplicar-se o disposto nos [arts. 44 e 45 da Lei Complementar nº 123, de 2006](#), regulamentada pelo [Decreto nº 8.538, de 2015](#).
- 5.19.1. Nessas condições, as propostas de microempresas e empresas de pequeno porte e equiparadas que se encontrarem na faixa de até 5% (cinco por cento) acima da melhor proposta ou melhor lance serão consideradas empatadas com a primeira colocada.
- 5.19.2. A melhor classificada nos termos do subitem anterior terá o direito de encaminhar uma última oferta para **desempate**, obrigatoriamente em valor inferior ao da primeira colocada, no prazo de 5 (cinco) minutos controlados pelo sistema, contados após a comunicação automática para tanto.
- 5.19.3. Caso a melhor classificada, nos termos do subitem anterior, desista ou não se manifeste no prazo estabelecido, serão convocadas as demais licitantes microempresa, empresa de pequeno porte ou equiparada que se encontrem naquele intervalo de 5% (cinco por cento), na ordem de classificação, para o exercício do mesmo direito, no prazo estabelecido no subitem anterior.

5.19.4. No caso de equivalência dos valores apresentados pelas microempresas e empresas de pequeno porte e equiparadas que se encontrem nos intervalos estabelecidos nos subitens anteriores, será realizado sorteio entre elas para que se identifique aquela que primeiro poderá apresentar melhor oferta.

5.20. Só poderá haver empate entre propostas iguais (não seguidas de lances), ou entre lances finais da fase fechada do modo de disputa aberto e fechado.

5.20.1. Havendo eventual empate entre propostas ou lances, os critérios de desempate serão aqueles previstos no [art. 60 da Lei nº 14.133/2021](#), observadas as disposições do Decreto nº 11.430/2023 e Instrução Normativa SEGES/MGI nº 382 de 17 de setembro de 2025, com relação às ações de equidade de gênero e ainda as disposições do Decreto nº 12.304/2024 e Portaria Normativa SE/CGU nº 226 de 9 de setembro de 2025, com relação ao desenvolvimento de programa de integridade."

5.21. Encerrada a etapa de envio de lances da sessão pública, na hipótese da proposta do primeiro colocado permanecer acima do preço máximo definido para a contratação, o(a) Pregoeiro(a) poderá negociar condições mais vantajosas, após definido o resultado do julgamento.

5.21.1. A negociação poderá ser feita com os demais licitantes, segundo a ordem de classificação inicialmente estabelecida, quando o primeiro colocado, mesmo após a negociação, for desclassificado em razão de sua proposta permanecer acima do preço máximo definido pela Administração.

5.21.2. A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.

5.21.3. O resultado da negociação será divulgado a todos os licitantes e anexado aos autos do processo licitatório.

5.21.4. O(A) Pregoeiro(a) solicitará ao licitante melhor classificado que, **no prazo de 2 (duas) horas, envie a proposta reformulada assinada**, adequada ao último lance ofertado após a negociação realizada, por meio da opção "Enviar/Anexo" do site [www.gov.br/compras/pt-br](http://www.gov.br/compras/pt-br).

5.21.5. A proposta reformulada deverá conter as informações abaixo:

- a. razão social do proponente, número de inscrição no CNPJ, endereço completo, número do telefone, número do celular do representante, e-mail, número da conta bancária, número e nome da agência e do respectivo banco;
- b. especificação do(s) serviço(s) ofertado(s), incluindo todas as suas características ;
- c. os prazos exigidos no Termo de Referência;
- d. valores unitários e totais dos serviços, em algarismos e por extenso, prevalecendo o último em caso de divergência;
- e. prazo de validade da proposta, nos termos do subitem 4.8.

Parágrafo primeiro: A proposta que omitir os prazos mencionados acima não será desclassificada, mas considerada de acordo com os mesmos.

Parágrafo segundo: É facultado ao(à) Pregoeiro(a) prorrogar o prazo estabelecido no subitem 5.21.4, a partir de solicitação fundamentada feita no chat pelo licitante, antes de findo o prazo.

5.21.6. **O licitante melhor classificado, em se tratando de microempresa ou empresa de pequeno porte e equiparadas, deverá encaminhar, juntamente com a proposta reformulada, declaração de observância do limite disposto no § 2º, do art. 4º da Lei nº 14.133/2021.**

5.22. O licitante deverá atentar para que, no momento da aceitação da proposta, caso o(s) valor(es) unitário(s) que originou(aram) o preço total proposto contenha(m) mais de duas casas após a vírgula, AS CASAS DECIMAIS EXCEDENTES SERÃO DESCONSIDERADAS PELO(A) PREGOEIRO(A), AINDA QUE SEJA REDUZIDO O PREÇO TOTAL DO ITEM, sendo esta alteração considerada uma negociação.



5.23. Após a negociação do preço, o(a) Pregoeiro(a) iniciará a fase de julgamento da proposta.

5.24. O(a) Pregoeiro(a) poderá, no julgamento das propostas, sanar erros ou falhas que não alterem a sua substância e sua validade jurídica, atribuindo-lhes eficácia para fins de classificação, observado o disposto no art. 55 da Lei nº 9.784, de 29 de janeiro de 1999.

## 6. DA FASE DE JULGAMENTO DAS PROPOSTAS

6.1. Encerrada a etapa de negociação, o(a) Pregoeiro(a) verificará se o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar atende às condições de participação no certame, conforme previsto no [art. 14 da Lei nº 14.133/2021](#), legislação correlata e no subitem 2.7 do edital, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação, mediante a consulta aos seguintes cadastros:

6.1.1. SICAF

6.1.2. Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas - CEIS, mantido pela Controladoria-Geral da União (<https://portaldatransparencia.gov.br/sancoes/consulta?cadastro=1&ordenarPor=nomeSancionado&direcao=asc>); e

6.1.3. Cadastro Nacional de Empresas Punidas - CNEP, mantido pela Controladoria-Geral da União (<https://www.portalttransparencia.gov.br/sancoes/cnep>).

6.1.4. Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Atos de Improbidade Administrativa, mantido pelo Conselho Nacional de Justiça ([https://www.cnj.jus.br/improbidade\\_adm/consultar\\_requerido.php](https://www.cnj.jus.br/improbidade_adm/consultar_requerido.php));

6.1.5. Lista de Inidôneos, mantida pelo Tribunal de Contas da União - TCU. ([https://contas.tcu.gov.br/ords/f?p=1660:3:7710998594823:::P3\\_TIPO\\_RELACAO:INIDONEO](https://contas.tcu.gov.br/ords/f?p=1660:3:7710998594823:::P3_TIPO_RELACAO:INIDONEO)).

6.2. A consulta aos cadastros será realizada em nome da empresa licitante e também de seu sócio majoritário, em obediência ao [artigo 12 da Lei nº 8.429, de 1992](#).

6.3. Caso conste na Consulta de Situação do licitante a existência de Ocorrências Impeditivas Indiretas, o(a) Pregoeiro(a) diligenciará para verificar se houve fraude por parte das empresas apontadas no Relatório de Ocorrências Impeditivas Indiretas.

6.3.1. A tentativa de burla será verificada por meio dos vínculos societários, linhas de fornecimento similares, dentre outros.

6.3.2. O licitante será convocado para manifestação previamente a uma eventual desclassificação.

6.3.3. Constatada a existência de sanção, o licitante será reputado inabilitado, por falta de condição de participação.

6.4. Caso atendidas as condições de participação, será iniciado o procedimento de habilitação.

6.5. Caso o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar tenha se utilizado de algum tratamento favorecido às ME/EPPs e equiparadas, o(a) Pregoeiro(a) verificará se faz jus ao benefício, em conformidade com os subitens 2.2.1 e 3.5 deste edital.

6.6. Verificadas as condições de participação e de utilização do tratamento favorecido, o(a) Pregoeiro(a) examinará a proposta classificada em primeiro lugar quanto à adequação ao objeto e à compatibilidade do preço em relação ao máximo estipulado para contratação neste Edital e em seus anexos, observado o disposto no [artigo 29 a 35 da IN SEGES nº 73, de 30 de setembro de 2022](#).

6.7. **Será desclassificada a proposta vencedora que:**

6.7.1. conter vícios insanáveis;

6.7.2. não obedecer às especificações técnicas contidas no Termo de Referência;



- 6.7.3. apresentar preços inexequíveis ou permanecerem acima do preço máximo definido para a contratação;
- 6.7.4. não tiverem sua exequibilidade demonstrada, quando exigido pela Administração;
- 6.7.5. apresentar desconformidade com quaisquer outras exigências deste Edital ou seus anexos, desde que insanável.
- 6.8. São indícios de inexequibilidade das propostas valores inferiores a 50% (cinquenta por cento) do valor orçado pela Administração.
  - 6.8.1. A inexequibilidade, só será considerada após diligência do(a) Pregoeiro(a), que comprovem:
    - 6.8.1.1. que o custo do licitante ultrapassa o valor da proposta; e
    - 6.8.1.2. inexistirem custos de oportunidade capazes de justificar o vulto da oferta.
- 6.9. Em caso da necessidade de esclarecimentos complementares, poderão ser efetuadas diligências, para que a empresa comprove a exequibilidade da proposta.
- 6.10. Para fins de análise da proposta quanto ao cumprimento das especificações do objeto, poderá ser colhida a manifestação escrita do setor requisitante do serviço ou da área especializada no objeto.

## 7. DA FASE DE HABILITAÇÃO

### 7.1. Habilitação jurídica:

- 7.1.1. **Empresário individual:** inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;
- 7.1.2. **Microempreendedor Individual - MEI:** Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio <https://www.gov.br/empresas-e-negocios/pt-br/empreendedor>;
- 7.1.3. **Sociedade empresária, sociedade limitada unipessoal – SLU:** inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;
- 7.1.4. **Sociedade empresária estrangeira:** portaria de autorização de funcionamento no Brasil, publicada no Diário Oficial da União e arquivada na Junta Comercial da unidade federativa onde se localizar a filial, agência, sucursal ou estabelecimento, a qual será considerada como sua sede, conforme Instrução [Normativa DREI/ME n.º 77, de 18 de março de 2020](#);
- 7.1.5. **Sociedade simples:** inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;
- 7.1.6. **Filial, sucursal ou agência de sociedade simples ou empresária:** inscrição do ato constitutivo da filial, sucursal ou agência da sociedade simples ou empresária, respectivamente, no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz;
- 7.1.7. **Sociedade cooperativa:** ata de fundação e estatuto social, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial ou inscrito no Registro Civil das Pessoas Jurídicas da respectiva sede, além do registro de que trata o [art. 107 da Lei nº 5.764, de 16 de dezembro 1971](#).
- 7.1.8. Os documentos apresentados deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

### 7.2. Habilitação fiscal, social e trabalhista:

- 7.2.1. Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas;

7.2.2. Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02 de outubro de 2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional;

7.2.3. Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);

7.2.4. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943.

### 7.3. **Qualificação Econômico-Financeira:**

7.3.1. Certidão negativa de insolvência civil expedida pelo distribuidor do domicílio ou sede do licitante, caso se trate de pessoa física ou de sociedade simples;

7.3.2. Certidão Negativa de Falência-expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica.

7.3.3. A licitante em recuperação judicial ou extrajudicial deverá apresentar a comprovação de que o respectivo plano de recuperação foi acolhido judicialmente, na forma do art. 58, da Lei nº 11.101, de 09 de fevereiro de 2005, sob pena de inabilitação, devendo, ainda, comprovar todos os demais requisitos de habilitação.

7.3.4. Índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), superiores a 1 (um), comprovados mediante a apresentação pelo licitante de balanço patrimonial, demonstração de resultado de exercício e demais demonstrações contábeis **do último exercício social** e obtidos pela aplicação das seguintes fórmulas:

I - Liquidez Geral (LG) =  $(\text{Ativo Circulante} + \text{Realizável a Longo Prazo}) / (\text{Passivo Circulante} + \text{Passivo Não Circulante})$ ;

II - Solvência Geral (SG) =  $(\text{Ativo Total}) / (\text{Passivo Circulante} + \text{Passivo não Circulante})$ ; e

III - Liquidez Corrente (LC) =  $(\text{Ativo Circulante}) / (\text{Passivo Circulante})$ .

7.3.5. Caso a empresa licitante apresente resultado inferior ou igual a 1 (um) em qualquer dos índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), será exigido para fins de habilitação patrimônio líquido mínimo de 10% do valor estimado da contratação.

7.3.6. As empresas criadas no exercício financeiro da licitação deverão atender a todas as exigências da habilitação e poderão substituir os demonstrativos contábeis pelo balanço de abertura. (art. 65, §1º, da Lei nº 14.133/2021), nas mesmas condições formais exigidas acima (assinaturas, registro, etc.).

7.3.7. O atendimento dos índices econômicos previstos acima poderá ser atestado mediante declaração assinada por profissional habilitado da área contábil, apresentada pelo prestador de serviços.

7.3.8. Caso a empresa esteja cadastrada no Sistema Público de Escrituração Digital - SPED, deverá apresentar a seguinte documentação:

I - Termos de Abertura e Encerramento do Livro Digital;

II - Balanço Patrimonial "Escrituração Contábil Digital - ECD", nos termos do art. 5º da Instrução Normativa da Receita Federal do Brasil nº 2.003/2021;

III - Demonstrativo de Resultado do Exercício;

7.3.9. As microempresas, empresas de pequeno porte, e equiparadas, bem como os Microempreendedores Individuais - MEI, conforme Acórdão TCU nº 133/2022 - Plenário, estão dispensadas do balanço patrimonial apenas para fins fiscais. Assim, para a presente licitação, é

OBRIGATÓRIA a apresentação desta peça, dispensando-se apenas a publicação e a sua transcrição no livro diário.

#### 7.4. **Qualificação Técnica**

7.4.1. **Um ou mais atestados de capacidade técnica**, expedido por pessoa jurídica de direito público ou privado, contendo nomes legíveis dos seus emitentes e número de telefone ou endereço eletrônico para contato, que comprove(m) que a licitante executou ou está executando, com êxito, **serviços de transporte de equipamentos do segmento de informática e/ou eletroeletrônicos** em quantidade equivalente a pelo menos 50% (cinquenta por cento) da quantidade estimada de urnas a serem transportadas nos 2 trechos, ou seja, 52.300 (cinquenta e duas mil trezentas) unidades, em um período máximo de 02 meses.

- I. Se nos textos do(s) atestado(s) não contiver elementos suficientes para permitir sua análise, a licitante poderá anexar a eles outros documentos que possam esclarecer esses dados, tais como contratos, termos aditivos ou declaração de seus emitentes, de modo a complementar as informações.
- II. Será admitida, para fins de comprovação de quantitativo mínimo, a apresentação e o somatório de diferentes atestados executados de forma concomitante.
- III. Os atestados de capacidade técnica poderão ser apresentados em nome da matriz ou da filial do fornecedor.
- IV. O prestador de serviços disponibilizará todas as informações necessárias à comprovação da legitimidade dos atestados, apresentando, quando solicitado pela Administração, cópia do contrato que deu suporte à contratação, endereço atual da contratante e local em que foi executado o objeto contratado, dentre outros documentos.

7.4.2. **Registro Nacional de Transportadores Rodoviários de Carga (RNTRC)**, dentro do prazo de validade e em situação ativa, emitido pela Agência Nacional de Transportes Terrestres - ANTT, conforme a Resolução 5982/2022/DG/ANTT/MI.

7.4.3. **Declaração de disponibilidade de veículos e pessoal técnico** adequados para a realização do objeto da licitação, que compreenda um número estimado de até 24 (vinte e quatro) rotas simultâneas, tanto para a distribuição quanto para o recolhimento de urnas eletrônicas.

7.5. No caso da participação de empresas estrangeiras que não funcionem no País, as exigências de habilitação serão atendidas mediante documentos equivalentes, inicialmente apresentados em tradução livre.

7.5.1. Na hipótese de o licitante vencedor ser empresa estrangeira que não funcione no País, para fins de assinatura do contrato ou da ata de registro de preços ou instrumento equivalente, os documentos exigidos para a habilitação serão traduzidos por tradutor juramentado no País e apostilados nos termos do disposto no [Decreto nº 8.660, de 29 de janeiro de 2016](#), ou de outro que venha a substituí-lo, ou consularizados pelos respectivos consulados ou embaixadas.

7.6. No caso de participação de consórcio de empresas, a habilitação técnica, quando exigida, será feita por meio do somatório dos quantitativos de cada consorciado e, para efeito de habilitação econômico-financeira, quando exigida, será observado o somatório dos valores de cada consorciado.

7.6.1. Se o consórcio não for formado integralmente por microempresas ou empresas de pequeno porte e o termo de referência exigir requisitos de habilitação econômico-financeira, haverá um acréscimo de 10% (dez por cento) para o consórcio em relação ao valor exigido para os licitantes individuais.

- 7.7. Os documentos apresentados pelos licitantes poderão, se necessário, ser apresentados por cópia ou por qualquer outro meio expressamente admitido pela Administração.
- 7.8. Será verificado se o licitante apresentou declaração de que atende aos requisitos de habilitação, e o declarante responderá pela veracidade das informações prestadas, na forma da lei.
- 7.9. Será verificado se o licitante apresentou no sistema, sob pena de inabilitação, a declaração de que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.
- 7.10. **O licitante deverá apresentar, sob pena de desclassificação, declaração de que suas propostas econômicas compreendem a integralidade dos custos** para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas.
- 7.11. A habilitação será verificada por meio do SICAF, nos documentos por ele abrangidos.
- 7.12. Somente haverá a necessidade de comprovação do preenchimento de requisitos mediante apresentação dos documentos originais não-digitais quando houver dúvida em relação à integridade do documento digital ou quando a lei expressamente o exigir.
- 7.13. É de responsabilidade do licitante conferir a exatidão dos seus dados cadastrais no SICAF e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.
- 7.14. A não observância do disposto no subitem anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação.
- 7.15. A verificação pelo(a) Pregoeiro(a), em sítios eletrônicos oficiais de órgãos e entidades emissores de certidões constitui meio legal de prova, para fins de habilitação.
- 7.15.1. **Os documentos exigidos para habilitação que não estejam contemplados no SICAF serão enviados por meio do sistema, em formato digital, no prazo de 02 (duas) horas, prorrogável por igual período, contado da solicitação do(a) Pregoeiro(a).**
- 7.16. A verificação no SICAF ou a exigência dos documentos nele não contidos somente será feita em relação ao licitante vencedor.
- 7.17. As microempresas e empresas de pequeno porte e equiparadas, havendo alguma restrição em sua comprovação da **regularidade fiscal ou trabalhista**, quando classificada em primeiro lugar, terá prazo adicional de 5 (cinco) dias úteis, contado da decisão do(a) Pregoeiro(a) que declarar a empresa vencedora do certame, para a regularização da documentação, pagamento ou parcelamento do débito, e emissão de eventuais certidões negativas ou positivas com efeito de certidão negativa.
- 7.18. A critério do(a) Pregoeiro(a) e desde que tenha sido requerido pela licitante, o prazo do subitem anterior poderá ser prorrogado por igual período.
- 7.19. A não regularização da documentação, no prazo previsto no subitem anterior, implicará a inabilitação da licitante, sem prejuízo das sanções previstas neste Edital.
- 7.20. **Após a entrega dos documentos para habilitação, não será permitida a substituição ou a apresentação de novos documentos, salvo em sede de diligência**, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, após solicitação do(a) Pregoeiro(a), para:
- 7.20.1. complementação de informações acerca dos documentos já apresentados pelos licitantes e desde que necessária para apurar fatos existentes à época da abertura do certame; e
- 7.20.2. atualização de documentos cuja validade tenha expirado após a data de recebimento das propostas.

Parágrafo Único: O(a) pregoeiro(a) poderá, em sede de diligência, solicitar a inclusão de documento ausente, comprobatório de condição atendida pela licitante quando apresentou sua proposta e não foi juntado com os demais comprovantes de habilitação e da proposta, por

equivoco ou falha.

7.21. Na análise dos documentos de habilitação, a comissão de contratação poderá sanar erros ou falhas, que não alterem a substância dos documentos e sua validade jurídica, mediante decisão fundamentada, registrada em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes eficácia para fins de habilitação e classificação.

7.22. Na hipótese de o licitante não atender às exigências para habilitação, o(a) Pregoeiro(a) examinará a proposta subsequente e assim sucessivamente, na ordem de classificação, até a apuração de uma proposta que atenda ao presente edital, observado o prazo disposto no subitem 7.15.1.

7.23. Somente serão disponibilizados para acesso público os documentos de habilitação do licitante cuja proposta atenda ao edital de licitação, após concluídos os procedimentos de que trata o subitem anterior.

## 8. **DOS RECURSOS**

8.1. Qualquer licitante poderá, no prazo mínimo de 10 (dez) minutos, de forma imediata após o término do julgamento das propostas e do ato de habilitação ou inabilitação, em campo próprio do sistema, manifestar sua intenção de recorrer, sob pena de preclusão, ficando, findo o prazo, a autoridade superior autorizada a adjudicar o objeto à licitante vencedora.

8.2. A apresentação das razões pela recorrente será realizada exclusivamente no âmbito do sistema eletrônico, em campo próprio, no prazo de 3 (três) dias úteis, contados a partir da data de intimação ou de lavratura da ata de habilitação ou inabilitação, sendo-lhes assegurada vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa dos seus interesses.

8.3. A apresentação de eventuais contrarrazões pelos demais licitantes será realizada exclusivamente no âmbito do sistema eletrônico, em campo próprio, no prazo de 3 (três) dias úteis da data de intimação pessoal ou de divulgação da interposição do recurso, sendo-lhes assegurada vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa dos seus interesses.

8.4. Os recursos serão apreciados em fase única, conforme disposto no §1º, inciso II do art. 165 da Lei nº 14.133/2021.

8.5. O acolhimento do recurso importará na invalidação apenas dos atos que não possam ser aproveitados.

8.6. Após decididos os recursos e constatada a regularidade dos atos praticados, o processo licitatório será enviado à autoridade competente do Tribunal Regional Eleitoral de Minas Gerais para adjudicar o objeto e homologar o procedimento licitatório, observado o disposto no art. 71 da Lei nº 14.133/2021.

8.7. Os autos do procedimento permanecerão com vista franqueada aos interessados. Para tanto, as empresas interessadas deverão entrar em contato com a Seção de licitações - SELIC, nos dias úteis, de segunda a sexta-feira, pelos telefones (31) 3307-1288, (31)3307-1925 ou (31) 3307-1130.

8.8. O recurso terá efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

## 9. **DAS INFRAÇÕES ADMINISTRATIVAS E SANÇÕES**

9.1. Comete infração administrativa, nos termos da lei, o licitante que:

9.1.1. deixar de encaminhar a documentação solicitada pelo Pregoeiro, exigida no instrumento convocatório, no prazo nele fixado;

9.1.2. salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado, não mantiver a proposta em especial quando:

9.1.2.1. deixar de encaminhar a proposta reformulada solicitada pelo Pregoeiro, no prazo fixado no instrumento convocatório;

9.1.2.2. solicitar a desclassificação da proposta.

9.1.3. recusar-se, sem justificativa, a assinar o contrato ou documento equivalente ou, ainda, não entregar a documentação exigida para a contratação no prazo de 05(cinco) dias úteis, a contar da solicitação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta.

9.1.4. apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa em qualquer etapa do processo de contratação.

9.1.5. fraudar a licitação.

9.1.6. comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza, em especial quando:

9.1.6.1. agir em conluio ou em desconformidade com a lei;

9.1.6.2. induzir deliberadamente a erro no julgamento;

9.1.7. praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação.

9.1.8. praticar ato lesivo previsto no [art. 5º da Lei n.º 12.846, de 2013](#).

9.2. A Administração poderá, garantida a prévia defesa, aplicar aos licitantes e/ou adjudicatários as seguintes sanções, sem prejuízo das responsabilidades civil e criminal:

9.2.1. multa;

9.2.2. impedimento de licitar e contratar e

9.2.3. declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida sua reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.

9.3. Na aplicação das sanções serão considerados:

9.3.1. a natureza e a gravidade da infração cometida.

9.3.2. as peculiaridades do caso concreto.

9.3.3. as circunstâncias agravantes ou atenuantes.

9.3.4. os danos que dela provierem para a Administração Pública.

9.3.5. a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

9.3.6. O custo/benefício da instrução do processo em relação à sanção a ser aplicada.

9.4. A multa será recolhida em percentual de 0,5% a 30% incidente sobre o valor do contrato licitado, no prazo máximo de **10 (dez) dias úteis**, a contar da comunicação oficial.

9.4.1. Para a infração prevista no subitem 9.1.1 a multa será de 0,5% a 1% do valor do contrato licitado;

9.4.2. Para a infração prevista no subitem 9.1.2 a multa será de 0,5% a 2,0% do valor do contrato licitado;

9.4.3. Para a infração prevista no subitem 9.1.3 a multa será de 10% do valor do contrato licitado;

9.4.4. Para a infração prevista no subitem 9.1.4 a multa será de 15% do valor do contrato licitado;

9.4.5. Para a infração prevista no subitem 9.1.5 a multa será de 20% do valor do contrato licitado;

9.4.6. Para a infração prevista no subitem 9.1.6 a multa será de 20% do valor do contrato licitado;

9.4.7. Para a infração prevista no subitem 9.1.7 a multa será de 20% do valor do contrato licitado;

9.4.8. Para a infração prevista no subitem 9.1.8 a multa será de 10% do valor do contrato licitado.

9.5. As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar poderão ser aplicadas, cumulativamente ou não, à penalidade de multa.

9.6. Na aplicação da sanção de multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.

9.7. A sanção de impedimento de licitar e contratar será aplicada ao responsável em decorrência das infrações administrativas relacionadas nos subitens 9.1.1, 9.1.2 e 9.1.3, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave, e impedirá o responsável de licitar e contratar no âmbito da União, pelo prazo máximo de 3 (três) anos.

9.8. Poderá ser aplicada ao responsável a sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, em decorrência da prática das infrações dispostas nos subitens 9.1.4, 9.1.5, 9.1.6, 9.1.7 e 9.1.8, bem como pelas infrações administrativas previstas nos subitens 9.1.1, 9.1.2 e 9.1.3 que justifiquem a imposição de penalidade mais grave que a sanção de impedimento de licitar e contratar, cuja duração observará o prazo previsto no [art. 156, §5º, da Lei n.º 14.133/2021](#).

9.9. A recusa injustificada do adjudicatário em assinar o contrato ou em aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração, descrita no subitem 9.1.3, caracterizará o descumprimento total da obrigação assumida e o sujeitará às penalidades e à imediata perda da garantia de proposta em favor do TREMG, caso prevista, nos termos do [§5º do art. 90 da Lei 14.133/2021](#).

9.10. A apuração de responsabilidade relacionadas às sanções de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar demandará a instauração de processo de responsabilização a ser conduzido por comissão composta por 2 (dois) ou mais servidores estáveis, que avaliará fatos e circunstâncias conhecidos e intimará o licitante ou o adjudicatário para, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação, apresentar defesa escrita e especificar as provas que pretenda produzir.

9.11. Caberá recurso no prazo de 15 (quinze) dias úteis da aplicação das sanções de multa e impedimento de licitar e contratar, contado da data da intimação, o qual será dirigido à autoridade que tiver proferido a decisão recorrida, que, se não a reconsiderar no prazo de 5 (cinco) dias úteis, encaminhará o recurso com sua motivação à autoridade superior, que deverá proferir sua decisão no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

9.12. Caberá a apresentação de pedido de reconsideração da aplicação da sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data da intimação, e decidido no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do seu recebimento.

9.13. O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

9.14. A aplicação das sanções previstas neste edital não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral dos danos causados.

9.15. Serão observadas, ainda, as penalidades descritas na Cláusula Doze do Contrato.

9.16. O valor da multa poderá ser descontado dos créditos do licitante ou contratado porventura existentes em razão de quaisquer contratos firmados, ou da garantia depositada, caso prevista, após regular procedimento administrativo, podendo haver a retenção cautelar até o limite do valor da multa abstratamente cominada.

## 10. DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO

10.1. Qualquer pessoa é parte legítima para impugnar este Edital por irregularidade na aplicação da [Lei nº 14.133, de 2021](#) ou solicitar esclarecimentos sobre os seus termos, devendo fazê-lo exclusivamente por meio eletrônico, pelo e-mail: [licitar@tre-mg.jus.br](mailto:licitar@tre-mg.jus.br), até 3 (três) dias úteis



antes da data da abertura do certame.

10.2. As impugnações e os pedidos de esclarecimento, bem como as respectivas respostas, serão divulgadas em sítio eletrônico oficial no Portal de Compras do Governo Federal no prazo de até 3 (três) dias úteis, limitado ao último dia útil anterior à data da abertura do certame.

10.3. As impugnações e pedidos de esclarecimentos não suspendem os prazos previstos no certame.

10.3.1. A concessão de efeito suspensivo à impugnação é medida excepcional e deverá ser motivada pelo(a) Pregoeiro(a), nos autos do processo de licitação.

10.4. Acolhida a impugnação, será definida e publicada nova data para a realização do certame.

10.5. Os pedidos de esclarecimento ou impugnação encaminhados via e-mail **deverão ter seu recebimento confirmado pelos telefones** (31) 3307-1288, (31)3307-1925 ou (31) 3307-1130.

## 11. **DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA**

11.1. A despesa com a presente licitação correrá à conta de créditos orçamentários, na seguinte classificação:

- 11.1.1. ELEMENTO: 3390.39.74 – Fretes e Transportes de Encomendas
- 11.1.2. U.O.: 14.113
- 11.1.3. PTRES.: 167864
- 11.1.4. PROGRAMA DE TRABALHO: 02.061.0033.4269.0001 - Pleitos Eleitorais
- 11.1.5. LEI: 15346/2026

## 12. **DAS DISPOSIÇÕES GERAIS**

12.1. Será divulgada ata da sessão pública no sistema eletrônico.

12.2. Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário anteriormente estabelecido, desde que não haja comunicação em contrário, pelo(a) Pregoeiro(a).

12.3. Todas as referências de tempo no Edital, no aviso e durante a sessão pública observarão o horário de Brasília - DF.

12.4. As normas disciplinadoras da licitação serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse da Administração, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.

12.5. Os licitantes assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e a Administração não será, em qualquer caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo licitatório.

12.6. Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital e seus Anexos, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento. Só se iniciam e vencem os prazos em dias de expediente na Administração.

12.7. O desatendimento de exigências formais não essenciais não importará o afastamento do licitante, desde que seja possível o aproveitamento do ato, observados os princípios da isonomia e do interesse público.

12.8. Com relação ao Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza – ISSQN, observar-se-á o disposto na Lei Complementar nº 116, de 31/07/03, e na legislação municipal aplicável.

- 12.9. O resultado da presente licitação será publicado na página do TRE/MG na internet, no seguinte endereço: <http://www.tre-mg.jus.br>.
- 12.10. O Edital e seus anexos estão disponíveis, na íntegra, no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) e endereço eletrônico <https://www.tre-mg.jus.br/transparencia-e-prestacao-de-contas/licitacoes/licitacoes-1>.
- 12.11. Nos termos do art. 7º, V, da Lei nº 13.709/2018 (Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais), para fins de execução do objeto licitado, o TRE/MG poderá proceder ao tratamento dos dados pessoais dos representantes legais/preposto(a) da licitante vencedora, inclusive para publicação nos portais de Transparência do TRE-MG, bem como para fins de assinatura eletrônica do instrumento contratual, se for o caso.
- 12.12. Integram este Edital, para todos os fins e efeitos, os seguintes anexos:
- 12.12.1. ANEXO I - Termo de Referência e seus anexos (I ao VI);
- 12.12.2. ANEXO II – Minuta de Contrato e seus anexos (I ao II);
- 12.13. Outras informações sobre a presente licitação poderão ser obtidas, de segunda a sexta-feira, das 12 (doze) às 18 (dezoito) horas, pelo telefone: (31) 3307-1288 ou 3307-1920.

Belo Horizonte, 30 de abril de 2026

**HELENO RIBEIRO DE MELO OLIVEIRA**  
**Secretário de Gestão Administrativa interino**

**ANEXO I DO EDITAL**  
**TERMO DE REFERÊNCIA**

**OBS: Havendo divergência entre as especificações constantes no sistema eletrônico e as contidas neste Termo de Referência, prevalecerão estas.**

**1. DO OBJETO:**

1.1. Contratação de empresa especializada em transporte rodoviário de carga, para realização de serviços de transporte de urnas eletrônicas e outros materiais para diversos municípios do Estado de Minas Gerais, por ocasião das Eleições 2026, conforme especificações e condições estabelecidas neste Termo de Referência.

1.1.1. Na apresentação da proposta, cada empresa deverá apresentar o preço Global, contemplando a execução total das rotas apresentadas nos Anexos I a VI deste Termo de Referência, assim divididas:

ITEM	ESPECIFICAÇÃO DO AGRUPAMENTO	VALOR UNITÁRIO (R\$)
1	Bloco "Interior" - 1ª etapa	
	Bloco "Capital" - 1ª, 2ª, 3ª e 4ª etapas	
	Bloco "Capital" - 1ª, 2ª, 3ª e 4ª etapas - Se houver 2º turno	
	Bloco "Interior" - 2ª etapa	
VALOR GLOBAL (R\$):		

**ANEXO VII****Instrumento de Medição de Resultado (IMR)**

1.1. Durante a vigência do contrato a Administração adotará o Instrumento de Medição de Resultados – IMR de acordo com os parâmetros estabelecidos na IN nº 05/2017 do MPOG.

1.1. IMR é o mecanismo que define, em bases compreensíveis, tangíveis, objetivamente observáveis e comprováveis, os níveis esperados de qualidade da prestação do serviço e respectivas adequações de pagamento.

1.2. O IMR adotado nesta contratação é baseado em um Fator de Qualidade – FQ que consiste em indicador percentual obtido como resultado de avaliações periódicas acerca da qualidade dos serviços executados pela CONTRATADA.

1.2.1. Caso o serviço seja prestado, mas com nível de qualidade inferior ao mínimo estabelecido, o IMR prevê a redução que deverá ser realizada no valor a ser pago à CONTRATADA, sendo disciplinado nesta contratação pela fórmula a seguir:

**VF = VC x FQ**, onde:

VF: Valor da Fatura (Valor da nota fiscal a ser emitida);

VC: Valor do Contrato (Valor constante no contrato);

FQ: Fator de Qualidade (Índice a ser aplicado em virtude da avaliação dos serviços).

1.3. A meta a ser atingida pela CONTRATADA é de 100%, isto é, espera-se que a empresa obtenha o Fator de Qualidade – FQ = 1,00 para que receba integralmente a remuneração pelos serviços prestados.

1.4. Abaixo apresentamos a tabela para a definição do FQ:

PERCENTUAL DE NÃO CONFORMIDADE	FATOR DE QUALIDADE – FQ
De 0 a 10%	1,00
De 11 a 20%	0,95
De 21 a 30%	0,90
De 31 a 40%	0,85

1.4.1. Para os casos enquadrados em um percentual de não conformidade superior a 40%, vide item 16 do Termo de Referência.

1.5. A fiscalização técnica fará a avaliação dos serviços a qualquer tempo, sem aviso prévio à CONTRATADA, por amostragem e operacionalizada mediante o uso dos formulários abaixo apresentados, ou sistema informatizado que venha a substituí-los, registrando a não conformidade dos itens avaliados em cada etapa e que são passíveis de controle pela Administração deste Tribunal:

<b>FORMULÁRIO</b>			
<b>Análise de indicadores da 1ª etapa – Bloco Interior</b>			
<b>Indicador</b>	<b>Não conformidade</b>	<b>Universo apurado</b>	<b>% de não conformidade</b>
1) Veículo provido com lonas, plásticos ou cobertores, não acarretando atraso na execução do serviço.			
2) Veículo provido com cordas ou cintas, não acarretando atraso na execução do serviço.			

3) Veículo provido com carrinhos, tipo armazém ou similar, não acarretando atraso na execução do serviço.			
4) Veículo provido com lacres, não acarretando atraso na execução do serviço.			
5) Urnas eletrônicas corretamente acondicionadas no compartimento de carga do veículo para viagem.			
6) Veículo desprovido de qualquer identificação, propaganda eleitoral ou símbolo que remeta a candidato, partido político, coligação ou algo do gênero.			
7) Colaboradores desprovidos de qualquer identificação, propaganda eleitoral ou símbolo que remeta a candidato, partido político, coligação ou algo do gênero.			
8) Entrega das urnas eletrônicas realizada dentro da semana de início da rota.			
9) Acondicionamento das urnas eletrônicas em local indicado pelo representante da Justiça Eleitoral na localidade de destino.			
<b>PERCENTUAL DE NÃO CONFORMIDADE (média)</b>			

<b>FORMULÁRIO</b> <b>Análise de indicadores da 1ª, 2ª, 3ª e 4ª etapa – Bloco Capital</b>			
<b>Indicador</b>	<b>Não conformidade</b>	<b>Universo apurado</b>	<b>% de não conformidade</b>
1) Veículo provido com lonas, plásticos ou cobertores, não acarretando atraso na execução do serviço.			
2) Veículo provido com cordas ou cintas, não acarretando atraso na execução do serviço.			
3) Veículo provido com carrinhos, tipo armazém ou similar, não acarretando atraso na execução do serviço.			

4) Urnas eletrônicas e outros materiais corretamente acondicionadas no compartimento de carga do veículo.			
5) Carga devidamente amarrada com cordas ou cintas, evitando a queda e dano aos materiais durante o transporte.			
6) Veículo desprovido de qualquer identificação, propaganda eleitoral ou símbolo que remeta a candidato, partido político, coligação ou algo do gênero.			
7) Colaboradores desprovidos de qualquer identificação, propaganda eleitoral ou símbolo que remeta a candidato, partido político, coligação ou algo do gênero.			
<b>PERCENTUAL DE NÃO CONFORMIDADE (média)</b>			

<b>FORMULÁRIO</b> <b>Análise de indicadores da 2ª etapa – Bloco Interior</b>			
<b>Indicador</b>	<b>Não conformidade</b>	<b>Universo apurado</b>	<b>% de não conformidade</b>
1) Recolhimento das urnas eletrônicas em local indicado pelo representante da Justiça Eleitoral na localidade de origem.			
2) Carga devidamente separada com lonas, plásticos ou cobertores, quando do descarregamento no Centro de Apoio do TRE/MG.			
3) Carga devidamente amarrada com cordas ou cintas, evitando a queda e dano ao equipamento durante o transporte.			
4) Urnas eletrônicas corretamente acondicionadas no compartimento de carga do veículo.			
5) Entrega do recibo próprio da CONTRATANTE contendo o quantitativo total de urnas recolhidas, quando do descarregamento no Centro de Apoio do TRE/MG.			

6) Veículo desprovido de qualquer identificação, propaganda eleitoral ou símbolo que remeta a candidato, partido político, coligação ou algo do gênero.			
7) Colaboradores desprovidos de qualquer identificação, propaganda eleitoral ou símbolo que remeta a candidato, partido político, coligação ou algo do gênero.			
8) Entrega das urnas eletrônicas realizada dentro da semana de início da rota.			
<b>PERCENTUAL DE NÃO CONFORMIDADE (média)</b>			

1.6. Ao final da conclusão de cada serviço agrupado, conforme subitem 12.7., a fiscalização apresentará à CONTRATADA um relatório de avaliação da qualidade, no qual constará, devidamente fundamentado, o FQ obtido pela empresa.

1.6.1. A partir do recebimento do relatório, a CONTRATADA terá até 3 (três) dias úteis para contestar as falhas apontadas e apresentar justificativas, que poderão ser aceitas pela fiscalização do Contrato, ensejando em novas readequações de pagamento.

1.7. A fiscalização emitirá termo circunstanciado para efeito de recebimento definitivo dos serviços prestados, com base nos relatórios e documentação apresentados, e comunicará a CONTRATADA para que emita a Nota Fiscal ou Fatura com o valor exato dimensionado pela fiscalização com base no Instrumento de Medição de Resultado (IMR), ou instrumento substituto.

1.7.1. As adequações do pagamento decorrentes das avaliações pelo IMR não se confundem com as penalidades constantes do Contrato, podendo, ambas, serem aplicadas concorrentemente, observadas as peculiaridades de cada caso.

1.2. O prazo de vigência da contratação é de 05 (cinco) meses, na forma do artigo 105 da Lei nº 14.133/2021.

1.3. Os serviços objeto desta contratação são caracterizados como comuns, tendo em vista que os padrões de desempenho e qualidade estão objetivamente definidos nos artefatos, por meio de especificações usuais de mercado.

## 2. FUNDAMENTAÇÃO DA CONTRATAÇÃO (JUSTIFICATIVA)



2.1. A Constituição da República Federativa do Brasil de 1988 estabelece que as eleições ocorrerão no primeiro domingo de outubro do ano eleitoral e, havendo segundo turno, no último domingo desse mesmo mês, cabendo à Justiça Eleitoral organizar e executar todas as etapas do processo dentro dos prazos constitucionalmente definidos.

2.2. Desde a implantação do sistema de votação eletrônica, em 1996, a realização das eleições tornou-se dependente das urnas eletrônicas, equipamentos essenciais ao exercício do voto. Sua disponibilização em todas as seções eleitorais demanda logística específica de distribuição e posterior recolhimento.

2.3. Compete ao Tribunal Regional Eleitoral de Minas Gerais assegurar que todas as urnas eletrônicas estejam devidamente alocadas nas zonas eleitorais e seções de votação em todo o Estado, o que requer operação logística de grande porte, compatível com sua extensão territorial e com o número expressivo de municípios atendidos.

2.4. A natureza da atividade – transporte, distribuição e recolhimento de equipamentos sensíveis, em prazos estritamente definidos pelo calendário eleitoral – exige a contratação de serviço especializado, capaz de executar as operações de forma coordenada, segura e contínua.

2.5. O transporte rodoviário constitui o único meio capaz de atender, de forma abrangente e integrada, todos os municípios mineiros, inexistindo alternativa logística por outros modais que permita alcançar as diversas localidades onde se situam zonas e seções eleitorais.

2.6. O Tribunal Regional Eleitoral de Minas Gerais não dispõe de frota própria com capacidade para realizar, no curto período previsto para a preparação das Eleições de 2026, o transporte do elevado número de urnas eletrônicas, cabinas de votação e demais materiais eleitorais. A operação, que envolve o deslocamento de um grande número de equipamentos por todo o Estado, demanda veículos e equipes especializadas em quantidade e porte superiores aos recursos logísticos disponíveis no TRE/MG. Assim, a contratação de empresa especializada mostra-se imprescindível para assegurar eficiência, segurança e tempestividade às etapas de distribuição e recolhimento das urnas.

2.7. O serviço objeto desta contratação é classificado como comum e possui padrões de desempenho e qualidade definidos nos artefatos correspondentes, com especificações usuais de mercado.

### **3. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO**

3.1. A solução consiste na contratação de empresa especializada em transporte rodoviário de carga, para realização de serviços de transporte de urnas eletrônicas e outros materiais para diversos municípios do Estado de Minas Gerais, por ocasião das Eleições 2026.

3.2. A empresa deverá disponibilizar veículos com compartimento de carga fechado, com motoristas e pessoal técnico capaz de efetuar o carregamento, descarregamento, distribuição e recolhimento das urnas eletrônicas e outros materiais, cumprindo as rotas estabelecidas por este Tribunal.

3.3. Os serviços a serem prestados estão divididos em 02 (dois) blocos, cujas atividades de cada um estão divididas em etapas:

3.3.1. Interior (1º Bloco), assim dividido:

- 1ª Etapa - Distribuição de urnas eletrônicas e outros materiais: previsão de execução no período de 03 a 31 de agosto de 2026.
- 2ª Etapa - Recolhimento de urnas eletrônicas e outros materiais: previsão de execução no período de 03 de novembro a 04 de dezembro de 2026.

3.3.2. Capital (2º Bloco), assim dividido:

- 1ª Etapa - Distribuição de urnas eletrônicas de contingência: previsão de execução no período de 30 de setembro a 01 de outubro de 2026 e, se houver 2º turno, de 21 a 22 de outubro de 2026.
- 2ª Etapa - Recolhimento de caixas com materiais: previsão de execução no período de 30 de setembro a 01 de outubro de 2026 e, se houver 2º turno, de 21 a 22 de outubro de 2026.
- 3ª Etapa - Distribuição de urnas eletrônicas e caixas com materiais: previsão de execução no período de 01 a 03 de outubro de 2026 e, se houver 2º turno, de 22 a 24 de outubro de 2026.
- 4ª Etapa - Recolhimento de urnas eletrônicas e cabinas de votação: previsão de execução no período de 05 a 06 de outubro de 2026 e, se houver 2º turno, de 26 a 27 de outubro de 2026.

## 4. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

### Sustentabilidade:

4.1. Devem ser atendidos os seguintes critérios de sustentabilidade:

4.1.1. Considerando que os combustíveis fósseis têm sido um dos grandes causadores do aumento do efeito estufa, sugere-se que a transportadora utilize em seus veículos, sempre que possível:

- biocombustíveis, como o etanol;
- o reagente ARLA 32, no caso do uso do diesel.

## Subcontratação

4.2. É vedada a subcontratação total ou parcial da prestação dos serviços.

### Justificativa para a vedação:

A vedação à subcontratação justifica-se pela natureza do objeto, que envolve o transporte de urnas eletrônicas, cabinas de votação e demais materiais eleitorais, considerados bens sensíveis e essenciais à execução do processo eleitoral. Tais atividades demandam controle direto, coordenação centralizada e responsabilidade integral da empresa contratada, de modo a assegurar rastreabilidade, segurança, padronização dos procedimentos e conformidade com os prazos rígidos estabelecidos no calendário eleitoral.

A eventual subcontratação poderia acarretar fragmentação da execução, dificultando a fiscalização pelo Tribunal Regional Eleitoral de Minas Gerais, além de introduzir riscos operacionais, como divergências de rotinas de trabalho, variação na qualificação de motoristas e equipes, bem como inconsistências na adoção dos protocolos de segurança aplicáveis ao transporte dos equipamentos.

Ademais, o serviço requer que a contratada disponibilize frota adequada e suficiente, previamente dimensionada, e que esta seja operada de forma uniforme ao longo de toda a logística eleitoral. A utilização de terceiros poderia comprometer a confiabilidade dessa estrutura e reduzir a capacidade de resposta diante de intercorrências, especialmente nas etapas críticas de distribuição e recolhimento das urnas.

Assim, com fundamento no art. 121, §1º, da Lei nº 14.133/2021, que permite à Administração vedar a subcontratação quando incompatível com a natureza do objeto ou quando puder comprometer a segurança e o controle da execução, conclui-se que a execução direta pela empresa contratada é condição necessária para garantir a execução adequada, segura e tempestiva dos serviços, razão pela qual se estabelece a vedação de subcontratação.

## Garantia da contratação

4.3. Considerando que será exigida a apresentação de atestado(s) de capacidade técnica pela licitante, bem como a contratação de seguro da carga, nos termos do item 6 deste artefato, medida destinada a resguardar o patrimônio público em casos de sinistros (acidentes, furto e/ou roubo), e tendo em vista a baixa complexidade da execução do objeto — transporte rodoviário de carga —, de modo a evitar custos adicionais ao serviço a ser contratado e por se tratar de faculdade da Administração, **não será exigida garantia contratual.**

## 5. MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO

## Condições de Execução

5.1. Início da execução dos serviços: 07 (sete) dias **úteis** do início da vigência do contrato.

5.2. Descrição dos serviços:

### Dos 1º e 2º Blocos - Interior e Capital

5.2.1. O transporte deverá ser feito em veículos, com o compartimento de carga fechado, com ano de fabricação igual ou superior a 2016, sendo vedado o uso de veículos abertos e de veículos articulados (carretas).

5.2.1.1. O compartimento de carga do veículo não poderá conter furos, rachaduras ou outros orifícios que permitam a passagem de água, a fim de preservar o material a ser transportado.

5.2.1.2. O compartimento de carga do veículo deverá estar devidamente limpo, em condições físicas de acondicionar as urnas eletrônicas.

5.2.1.3. O compartimento de carga deverá possuir, pelo menos, duas portas na parte posterior, facilitando a aposição de niveladoras de doca e o carregamento / descarregamento.

5.2.2. Os veículos deverão estar bem conservados, com pneus bons e em condições de executar todo o trajeto especificado nos roteiros.

5.2.3. Para segurança dos equipamentos, as urnas eletrônicas:

- Não poderão sofrer inclinação, devendo ser conduzidas sempre na posição horizontal;
- Deverão ser carregadas pelas abas laterais de cada caixa, uma a uma, com empilhamento máximo em conformidade com a especificação contida na embalagem, acondicionando-as exclusivamente no compartimento de carga do veículo.
  - Para condução de mais de uma unidade, deverão ser utilizados carrinhos tipo armazém, dentre outros, que permitam essa facilidade.

5.2.4. Cada veículo deverá estar provido com:

- Lonas ou plásticos ou cobertores suficientes para possibilitar a divisão das urnas eletrônicas e outros materiais, por lotes, pertencentes às Zonas Eleitorais diferentes;

- Cordas ou cintas suficientes para possibilitar a amarração da carga, impedindo o deslocamento dos equipamentos durante a viagem;
- No mínimo, 01 (um) carrinho tipo armazém, ou similar, para possibilitar o carregamento/descarregamento de mais de uma unidade de urna eletrônica;

5.2.5. Cada rota deverá ser efetuada por apenas 01 (um) veículo, para um maior controle patrimonial da carga que será transportada, devendo o veículo ser dedicado e exclusivo para o transporte de urnas eletrônicas, sendo vedados quaisquer outros tipos de materiais que não sejam de propriedade do TRE/MG.

5.2.6. Em cada localidade, as urnas eletrônicas e outros materiais deverão ser entregues / coletados no local indicado pelo representante da Justiça Eleitoral, independentemente da distância de estacionamento do veículo e se há ou não a presença de escadas, rampas, elevadores, etc.

5.2.7. Havendo necessidade, caberá à CONTRATADA providenciar, junto aos órgãos de trânsito de cada município, a devida liberação para estacionamento do veículo próximo ao local de carregamento/descarregamento.

5.2.8. A CONTRATADA deverá apresentar, em até 48h (quarenta e oito horas) após a solicitação do TRE/MG, um extrato/documento emitido pela Agência Nacional de Transportes Terrestres – ANTT que conste, no mínimo, o quantitativo de veículos exigidos para atender as rotas simultâneas.

5.2.9. A CONTRATADA deverá observar, rigorosamente, para que os colaboradores, bem como os veículos utilizados para a realização dos serviços, não contenham, sob hipótese alguma, identificação, propaganda eleitoral ou símbolo que remeta a candidato, partido político, coligação ou algo do gênero.

5.2.10. A CONTRATADA deverá zelar pela destinação, integridade e sigilo da carga a ser transportada.

## **Do 1º Bloco - Interior**

5.2.11. Para um melhor acondicionamento das urnas eletrônicas, a CONTRATANTE poderá solicitar à CONTRATADA a remessa de paletes (fornecidos pelo TRE/MG) no mesmo veículo que fará a rota de distribuição ou recolhimento das urnas eletrônicas (1ª e 2ª etapas), sem custo adicional.

5.2.11.1. A quantidade de paletes será limitada a 10% (dez por cento) do total de urnas eletrônicas de cada rota.

5.2.12. A CONTRATANTE poderá solicitar à CONTRATADA a remessa de outros materiais (fornecidos pelo TRE/MG) no mesmo veículo que fará a rota de distribuição ou recolhimento das urnas eletrônicas (1ª e 2ª etapas), sem custo adicional.

5.2.12.1. Esses itens são materiais de consumo diversos, cujas embalagens não ultrapassarão ao peso da urna eletrônica, e não exigem documentação específica ou cumprimento de requisitos especiais para serem transportados;

5.2.12.2. A quantidade de materiais será limitada a 10% (dez por cento) do total da cubagem do compartimento de carga exigido para cada veículo da respectiva rota.

5.2.13. As urnas eletrônicas e outros materiais a serem distribuídos (1ª etapa) sairão do Centro de Apoio do TRE/MG, situado na BR 040 - 2,5km (Rua Flor de Trigo nº 20/24, Bairro Jardim Filadélfia, Belo Horizonte/MG) com destino às localidades elencadas no Anexo I deste Termo de Referência.

5.2.13.1. O carregamento dos veículos das rotas de distribuição acontecerá, preferencialmente, em dias úteis no horário de 08 às 12h.

5.2.13.2. Os veículos deverão ser apresentados no Centro de Apoio do TRE/MG, no máximo, até às 9 horas do dia correspondente ao carregamento (início da rota).

5.2.13.3. O descarregamento dos veículos, em cada município das rotas de distribuição (1ª etapa), acontecerá somente em dias úteis em horários previamente combinados diretamente entre a CONTRATADA e o representante da Justiça Eleitoral de cada localidade.

5.2.14. As urnas eletrônicas a serem recolhidas (2ª etapa) sairão de cada localidade elencada no Anexo II deste Termo de Referência, com destino ao Centro de Apoio do TRE/MG, em Belo Horizonte/MG.

5.2.14.1. O carregamento dos veículos das rotas de recolhimento acontecerá somente em dias úteis em horários previamente combinados diretamente entre a CONTRATADA e o representante da Justiça Eleitoral de cada localidade.

5.2.14.2. A CONTRATADA deverá iniciar os trabalhos de recolhimento, impreterivelmente, no dia previsto para início de cada rota.

5.2.14.3. O descarregamento dos veículos no Centro de Apoio do TRE/MG (2ª etapa), acontecerá, preferencialmente, em dias úteis, de 7 às 16 horas.

5.2.15. Cada veículo deverá conter um Romaneio de Viagem abrangendo, no mínimo, as localidades da rota, número do lacre utilizado em cada trecho e o nome com assinatura do representante da Justiça Eleitoral de cada localidade, na qual foram entregues/recolhidas as urnas eletrônicas.

5.2.16. As portas do veículo deverão ser devidamente lacradas após cada carregamento (rotas da 1ª e 2ª etapas) e a cada descarregamento (rotas da 1ª etapa).

5.2.16.1. Os lacres só poderão ser rompidos na presença de um representante da Justiça Eleitoral;

5.2.16.2. Os lacres deverão ser fornecidos pela CONTRATADA, devendo ser numéricos e não coincidentes.

5.2.17. A CONTRATANTE, com antecedência mínima de 10 (dez) dias úteis para o início de cada rota, informará à CONTRATADA, por e-mail, o endereço completo de entrega/coleta em cada município, bem como os contatos do representante da Justiça Eleitoral em cada localidade.

5.2.17.1. A CONTRATADA, às suas expensas, deverá entrar em contato com os representantes da Justiça Eleitoral, entre 48 e 24 horas de antecedência, combinando o horário de descarregamento, quando da distribuição das urnas eletrônicas (1ª etapa), e de carregamento, quando do recolhimento dos equipamentos (2ª etapa).

5.2.18. Para o carregamento das rotas de distribuição (1ª etapa) no Centro de Apoio do TRE/MG, as urnas eletrônicas serão entregues pela CONTRATANTE até o veículo, cabendo à CONTRATADA o acondicionamento dentro do compartimento de carga.

5.2.18.1. Considerando que 02 (dois) veículos poderão ser carregados simultaneamente, a CONTRATADA deverá disponibilizar, no mínimo, 03 (três) carregadores por veículo.

5.2.18.2. Cada motorista da CONTRATADA, após o carregamento, receberá um envelope da CONTRATANTE, contendo:

- Guias, com os patrimônios das urnas eletrônicas, que serão utilizadas pelos representantes da Justiça Eleitoral no momento do descarregamento para conferência patrimonial;
- Um documento denominado "Orientação ao Motorista" com o endereço de entrega em cada município e os contatos do representante da Justiça Eleitoral em cada localidade.

5.2.18.2.1. Os motoristas não retornarão, finalizada cada rota da 1ª etapa, com nenhum tipo de documento da Justiça Eleitoral.

5.2.19. Para o carregamento das rotas de recolhimento (2ª etapa), em cada município, o respectivo representante da Justiça Eleitoral colherá a assinatura do representante da CONTRATADA em recibo próprio da CONTRATANTE contendo o quantitativo total de urnas recolhidas.

5.2.19.1. Uma via deste recibo deverá seguir com o motorista, sendo obrigatória sua apresentação ao representante do TRE/MG no momento do descarregamento em Belo Horizonte/MG.



5.2.20. Quando do descarregamento no Centro de Apoio do TRE/MG (2ª etapa), a CONTRATADA deverá colocar as urnas eletrônicas e outros materiais em paletes (fornecidos pela CONTRATANTE), cuja orientação da posição, quantitativo e a forma de separação será informada pelos representantes do TRE/MG no ato da execução do serviço.

5.2.21. A CONTRATADA deverá disponibilizar para cada rota, no mínimo, um motorista e um ajudante, com o objetivo de garantir a execução da atividade.

5.2.22. A CONTRATANTE, por interesse da Administração, poderá remanejar, dentro do período de cada etapa (distribuição e recolhimento), datas de início de rotas, devendo a CONTRATADA ser comunicada, por e-mail, em até 3 (três) dias úteis de antecedência.

## **Do 2º Bloco - Capital**

5.2.23. As urnas eletrônicas de contingência a serem distribuídos (1ª etapa) sairão do Centro de Apoio do TRE/MG, situado na BR 040 - 2,5km (Rua Flor de Trigo nº 20/24, Bairro Jardim Filadélfia, Belo Horizonte/MG) com destino às localidades elencadas no Anexo III deste Termo de Referência.

5.2.24. As caixas com materiais a serem recolhidas (2ª etapa) sairão de cada localidade elencada no Anexo IV deste Termo de Referência, com destino ao Centro de Apoio do TRE/MG, em Belo Horizonte/MG.

5.2.25. As urnas eletrônicas e as caixas com materiais a serem distribuídas (3ª etapa) sairão do Centro de Apoio do TRE/MG com destino às localidades elencadas no Anexo V deste Termo de Referência.

5.2.26. As urnas eletrônicas e as cabinas de votação a serem recolhidas (4ª etapa) sairão de cada localidade elencada no Anexo VI deste Termo de Referência, com destino ao Centro de Apoio do TRE/MG, em Belo Horizonte/MG.

5.2.27. Para as rotas previstas nas 1ª a 4ª etapas (Anexos III a VI), os veículos deverão ser apresentados no Centro de Apoio do TRE/MG ou na primeira localidade da rota, conforme o caso, com, no mínimo, 15min antes do horário de início.

5.2.28. Por questões de segurança institucional, as localidades elencadas nos Anexos V e VI serão omitidas. Contudo, este TRE/MG afirma que estarão dentro das áreas limítrofes de Belo Horizonte/MG.

5.2.28.1. A CONTRATANTE, com antecedência mínima de 24h para o início de cada rota, informará à CONTRATADA, os endereços completos de distribuição / recolhimento, até então omitidos.

5.2.29. Para o carregamento das rotas de distribuição (1ª e 3ª etapas) no Centro de Apoio do TRE/MG, as urnas eletrônicas e as caixas com materiais serão entregues pela CONTRATANTE até o veículo, cabendo à CONTRATADA o acondicionamento dentro do compartimento de carga.

5.2.29.1. Considerando que 02 (dois) veículos poderão ser carregados simultaneamente, a CONTRATADA deverá disponibilizar, no mínimo, 03 (três) carregadores por veículo.

5.2.30. Quando do descarregamento no Centro de Apoio do TRE/MG (2ª e 4ª etapas), a CONTRATADA deverá colocar as urnas eletrônicas, as caixas com materiais e cabinas em paletes (fornecidos pela CONTRATANTE), cuja orientação da posição, quantitativo e a forma de separação será informada pelos representantes do TRE/MG no ato da execução do serviço.

5.2.30.1. O descarregamento no Centro de Apoio do TRE/MG será, preferencialmente, em dias úteis, de 7 às 16 horas.

5.2.31. Para cada etapa, no mínimo, um representante da Secretaria do TRE/MG acompanhará os trabalhos pessoalmente, competindo a esse ser o intermediador junto às Zonas Eleitorais, combinando horário de carregamento / descarregamento, dentre outros.

5.2.32. A CONTRATADA deverá disponibilizar para cada rota (1ª, 2ª, 3ª e 4ª etapas), no mínimo, um motorista e 06 (seis) ajudantes, com o objetivo de garantir a execução da atividade.

5.2.32.1. Às suas expensas, a CONTRATADA deverá disponibilizar veículo apartado para locomoção desses ajudantes até o local de carregamento e de descarregamento.

5.2.33. A CONTRATANTE, por interesse da Administração, poderá antecipar, em até 02 (dois) dias, datas de início de rotas (1ª a 4ª etapa), devendo a CONTRATADA ser comunicada, por e-mail, em até 24h (vinte e quatro horas) de antecedência.

5.3. Na impossibilidade de execução de serviço no prazo avençado, caberá à empresa, **antes do seu término**, solicitar prorrogação, juntando documentos que comprovem a superveniência de fato excepcional ou imprevisível, estranho à vontade das partes, que altere fundamentalmente as condições de execução do contrato.

5.3.1. O pedido será encaminhado à autoridade competente do contratante, para apreciação e decisão.

### Especificação da garantia do serviço

5.4. O prazo de garantia contratual dos serviços é aquele estabelecido na Lei nº 8.078/1990 (Código de Defesa do Consumidor).

## 6. SEGURO DA CARGA

6.1. O seguro das urnas eletrônicas será de responsabilidade da CONTRATADA.

6.2. Em caso de sinistro, o valor do ressarcimento será de R\$ 3.396,41 (três mil trezentos e noventa e seis reais e quarenta e um centavos) por urna eletrônica transportada, sendo que a quantidade máxima de urnas por veículo deverá obedecer ao estipulado no item 7 deste Termo de Referência.

6.3. A CONTRATADA deverá apresentar, em até 10 (dez) dias corridos, a contar da data de início de vigência do contrato, limitada ao primeiro dia útil anterior ao início da 1ª etapa dos serviços (Distribuição das urnas eletrônicas - Bloco "Interior"), a apólice de seguro ou declaração da seguradora referente ao Seguro Obrigatório de Responsabilidade Civil do Transportador Rodoviário - Carga (RCTRC).

6.3.1. A apólice deverá abranger as perdas e danos causados aos bens decorrentes de acidentes ocorridos no transporte, inclusive perdas decorrentes de furto e/ou roubo da carga, devendo garantir um valor que acoberte, no mínimo, R\$ 3.396,41 (três mil trezentos e noventa e seis reais e quarenta e um centavos) para cada urna eletrônica.

## 7. QUANTITATIVO A SER TRANSPORTADO

7.1. Os quantitativos de urnas eletrônicas, caixas com materiais e cabinas de votação a serem transportados estão consubstanciados nos Anexos I a VI deste Termo de Referência, podendo variar em até 20% (vinte por cento) para mais ou para menos, tanto na distribuição quanto no recolhimento.

7.1.1. Motivo da variação: este Termo de Referência foi elaborado antes de se ter uma definição quanto às agregações de seções eleitorais, quanto ao percentual de contingência, quanto às mesas receptoras de justificativas, às seções especiais de votação em estabelecimentos prisionais e unidades de internação de adolescentes e do encerramento do processamento do cadastro eleitoral.

## 8. MEDIDAS E PESOS REFERENCIAIS

8.1. Cada caixa contendo uma urna eletrônica possui, aproximadamente, peso de 10Kg (dez quilogramas) e medida de 0,053m<sup>3</sup>.

8.2. Cada caixa com materiais (2ª e 3ª etapas do bloco "Capital") possui, no máximo, peso de 10Kg (dez quilogramas) e medida de 0,04m<sup>3</sup>.

8.3. Cada cabina de votação, quando dobradas, possui, aproximadamente, peso de 250g (duzentos e cinquenta gramas) e medida de 0,012m<sup>3</sup>.

## 9. MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO

9.1. O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133/2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

9.2. Formalizado o contrato a Contratante deverá designar formalmente o Gestor do Contrato, o Fiscal Requisitante, o Fiscal Técnico e o Fiscal Administrativo, bem como os respectivos suplentes, para o acompanhamento e fiscalização do contrato.

9.2.1. Na ausência do Gestor do Contrato e/ou dos Fiscais, a qualquer título, as providências de sua alçada, bem como as responsabilidades a eles afetas ficarão a cargo dos suplentes e, na falta destes, das respectivas chefias imediatas;

9.2.2. As funções de Fiscal Requisitante e Fiscal Técnico poderão ser desempenhadas por um único servidor.

9.3. A Contratada deverá manter preposto aceito pela Administração para representá-la na execução do contrato.

9.3.1. A indicação ou a manutenção do preposto da Contratada poderá ser recusada pela Fiscalização da Contratante, desde que devidamente justificada, devendo a empresa designar outro para o exercício da atividade.

9.4. Após a assinatura do contrato ou instrumento equivalente, a Fiscalização da Contratante deverá convocar o representante da Contratada para reunião inicial para apresentação do plano de fiscalização, que conterá informações acerca das obrigações contratuais, dos mecanismos de fiscalização, das estratégias para execução do objeto, do plano complementar de execução da contratada, quando houver, do método de aferição dos resultados e das sanções aplicáveis, dentre outros.

9.5. As comunicações entre a Contratante e a Contratada devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.

9.6. A Fiscalização da Contratante sempre que entender necessário poderá convocar representante da Contratada para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.

9.7. Caberá ao Fiscal Requisitante, sempre com o auxílio do Fiscal Técnico, quando a especificidade e complexidade da contratação assim o exigirem, acompanhar a execução do contrato, para que sejam cumpridas todas as condições estabelecidas, de modo a assegurar os melhores resultados para a Administração; competindo-lhe, especialmente:

9.7.1. contatar a Contratada para esclarecer dúvidas, prestar informações, emitir ordem de início de serviço e outras providências, de acordo com as exigências contratuais;

9.7.2. atestar a efetiva prestação dos serviços, conforme o IMR estabelecido no contrato;

9.7.3. identificada qualquer inexatidão ou irregularidade, emitir notificações à Contratada para a correção da execução do contrato, determinando prazo para a correção;

9.7.4. comunicar ao Fiscal Administrativo a ocorrência de falhas, atrasos ou fatos relevantes que possam inviabilizar o cumprimento dos prazos estabelecidos, ou que acarretem a necessidade de prorrogação de prazos de execução/entrega ou de vigência contratual;

9.7.5. encaminhar solicitação de alteração qualitativa, acréscimo ou supressão ao objeto do contrato, com as justificativas pertinentes, permitindo sua efetivação somente após a formalização do respectivo Termo Aditivo;

9.7.6. informar à autoridade superior, em tempo hábil, a situação que demandar decisão ou adoção de medidas que ultrapassem sua competência, para que adote as medidas necessárias e saneadoras, se for o caso.

9.8. Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, em virtude de determinação legal ou por ordem e/ou interesse da Administração, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila, pelo Fiscal Requisitante.

9.9. O Fiscal Administrativo do contrato verificará a manutenção das condições de habilitação da contratada, acompanhará o empenho, o pagamento, as garantias, as glosas e a formalização de apostilamento e termos aditivos, solicitando quaisquer documentos comprobatórios pertinentes, caso necessário.

9.9.1. Caso ocorram descumprimento das obrigações contratuais, competirá ao Fiscal Administrativo instruir o processo de aplicação de penalidade à contratada, a partir do relato dos descumprimentos contratuais pelo Fiscal Requisitante, ressalvada a possibilidade de o processo ser instaurado pelo próprio Fiscal Administrativo do contrato, quanto aos inadimplementos por ele detectados em matéria de sua competência;

9.9.2. O Fiscal Administrativo da Contratante comunicará ao Gestor do Contrato, em tempo hábil, o término do contrato sob sua responsabilidade, com vistas à tempestiva renovação ou prorrogação contratual.

9.10. O Gestor do Contrato coordenará a atualização do processo de acompanhamento e fiscalização do contrato contendo todos os registros formais da execução no histórico de gerenciamento do contrato, a exemplo da ordem de serviço, do registro de ocorrências, das alterações e das prorrogações contratuais, elaborando relatório com vistas à verificação da necessidade de adequações do contrato para fins de atendimento da finalidade da administração.

9.10.1. O Gestor do Contrato anotar os problemas que obstem o fluxo normal da liquidação e do pagamento da despesa no relatório de riscos eventuais;

9.10.2. O Gestor do Contrato acompanhará os registros realizados pelos fiscais do contrato, de todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato e as medidas adotadas, informando, se for o caso, à autoridade superior àquelas que ultrapassarem a sua competência;

9.10.3. O Gestor do Contrato tomará providências para a formalização de processo administrativo de responsabilização para fins de aplicação de sanções, quanto aos inadimplementos por ele detectados em matéria de sua competência.

## **10. OBRIGAÇÕES E RESPONSABILIDADES DA CONTRATADA:**

10.1. Substituir o veículo, em caso de quebra ou defeito mecânico, por outro de mesmas características, sem quaisquer custos para o CONTRATANTE, de forma a não interromper a realização dos serviços por período superior a 2 (duas) horas.

10.2. Responsabilizar-se por qualquer acidente provocado pelo veículo, dentro das normas legais vigentes.

10.3. Responsabilizar-se por qualquer dano nas urnas eletrônicas, proveniente de queda ou choque pelo manuseio.

10.4. Responsabilizar-se por quaisquer atrasos nos serviços, decorrentes da substituição do veículo, além do prazo determinado no subitem 10.1. deste Termo de Referência, assim como por qualquer acidente provocado pelo estado de conservação do veículo, arcando com todas as responsabilidades, dentro das normas legais vigentes.

10.5. Responsabilizar-se integralmente pelos serviços contratados, nos termos da legislação vigente.

10.6. Apresentar, em até 48h (quarenta e oito horas) após a solicitação do TRE/MG, um extrato/documento emitido pela ANTT que conste, no mínimo, o quantitativo de veículos estipulado no subitem 15.5. deste Termo de Referência.

10.7. Apresentar, em até 10 (dez) dias corridos a contar data de início da vigência do contrato, limitada ao primeiro dia útil anterior ao início da 1ª etapa dos serviços (Distribuição das urnas eletrônicas - Bloco "Interior"), a apólice de seguro ou declaração da seguradora referente ao Seguro Obrigatório de Responsabilidade Civil do Transportador Rodoviário - Carga (RCTRC) prevista no subitem 6.3 deste Termo de Referência.

10.8. Indicar, formalmente, no momento da assinatura do contrato, preposto que tenha capacidade gerencial para tratar de todos os assuntos previstos no instrumento contratual, sem que isso implique acréscimo nos preços contratados.

10.8.1. O preposto deverá estar presente no Centro de Apoio do TRE/MG durante toda a execução da operação de carregamento e de descarregamento em Belo Horizonte/MG.

10.9. Atentar para que cada veículo não ultrapasse o peso máximo permitido.

10.10. Prover local adequado para que o veículo pernoite em local seguro, quando for o caso.

10.11. Disponibilizar veículos com compartimento de carga fechado, com as seguintes especificações mínimas:

- Ano de fabricação igual ou superior a 2016.
- Capacidade volumétrica mínima do compartimento de carga de acordo com cada rota.
- Possuir, pelo menos, duas portas na parte posterior do compartimento de carga.
- Estar bem conservado, com pneus bons e em condições de executar todo o trajeto especificado nos roteiros.
- Estar rigorosamente em dia com documentação e pagamento de impostos, seguros e taxas legalmente exigidas.

10.12. Comunicar imediatamente à CONTRATANTE qualquer eventualidade que ocorrer durante as rotas de distribuição e recolhimento.

10.12.1. Em caso de necessidade de substituição de um veículo que esteja em viagem, a baldeação de carga somente poderá ser executada com a presença de um representante da Justiça Eleitoral devidamente indicado pelo TRE/MG.

10.13. Realizar a entrega/coleta da carga no local de destino dentro do prazo previsto, conforme disposto nos Anexos deste Termo de Referência.

10.14. Realizar a distribuição e recolhimento de urnas eletrônicas utilizando-se de colaboradores, devidamente identificados pela empresa, em quantidade suficiente para a realização das atividades necessárias (condução do veículo, carregamento e descarregamento das urnas eletrônicas).

10.14.1. Para cada rota do Bloco "Interior", deverá haver, no mínimo, um motorista e um ajudante.

10.14.2. Para cada rota do Bloco "Capital", deverá haver, no mínimo, um motorista e seis ajudantes.

10.15. Para cada rota do Bloco "Interior", entrar em contato, às suas expensas, com os representantes da Justiça Eleitoral, entre 48 e 24 horas de antecedência, combinando o horário de descarregamento, quando da distribuição das urnas eletrônicas, e de carregamento, quando do recolhimento dos equipamentos.

10.16. Fornecer os lacres, previstos no subitem 5.2.16. deste Termo de Referência, os quais deverão ser numéricos e não coincidentes.

10.17. Prover cada veículo com lonas ou plásticos ou cobertores suficientes para possibilitar a divisão das urnas eletrônicas, por lotes, pertencentes às Zonas Eleitorais diferentes.

10.18. Prover cada veículo com cordas ou cintas suficientes para possibilitar a amarração da carga.

10.19. Prover cada veículo com, no mínimo, 01 (um) carrinho tipo armazém, ou similar, para possibilitar o carregamento/d Descarregamento de mais de uma unidade de urna eletrônica.

10.20. Disponibilizar o Romaneio de Viagem previsto no subitem 5.2.15. deste Termo de Referência.

10.20.1. A CONTRATADA deverá disponibilizar à CONTRATANTE, sempre que requerido pelo TRE/MG, em até 24h contadas da solicitação, cópia do Romaneio de Viagem utilizado em quaisquer rotas.

10.21. Arcar com todas as despesas, taxas, seguros, tributos, emolumentos e outras incidentes ou que venham a incidir sobre os transportes.

10.22. Entregar (acondicionar) ou coletar as urnas eletrônicas no local (sala, por exemplo) indicado pelo representante da Justiça Eleitoral, independentemente da distância de estacionamento do veículo e se há ou não a presença de escadas, rampas, elevadores, etc.

10.23. Providenciar, caso necessário, junto aos órgãos de trânsito de cada município, a devida liberação para estacionamento do veículo próximo ao local de carregamento/d Descarregamento.

10.24. Observar, rigorosamente, para que os colaboradores, bem como os veículos utilizados para a realização dos serviços descritos neste Termo de Referência, não contenham, sob hipótese alguma, identificação, propaganda eleitoral ou símbolo que remeta a candidato, partido político ou coligação ou algo do gênero.



10.25. Manter, durante toda a execução do Contrato, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na contratação.

10.26. Comparecer, sempre que convocada, em reuniões com a CONTRATANTE.

10.27. Zelar pela destinação, integridade e sigilo da carga a ser transportada.

## **11. OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE:**

11.1. Exercer a fiscalização dos serviços por servidores especialmente designados, na forma prevista na legislação vigente.

11.2. Fornecer à CONTRATADA todas as informações relacionadas com o objeto desta contratação quando necessárias ou solicitadas.

11.3. Notificar à CONTRATADA toda e qualquer irregularidade constatada na prestação dos serviços.

11.4. Efetuar o pagamento à CONTRATADA, segundo as condições estabelecidas no subitem 12.6 e seguintes deste Termo de Referência.

## **12. CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E DE PAGAMENTO**

### **Instrumento de Medição do Resultado - IMR**

12.1. A avaliação da execução do objeto utilizará o Instrumento de Medição de Resultados (IMR), através do qual a fiscalização técnica dos contratos deverá avaliar a execução do objeto conforme ANEXO VII, na aferição da qualidade da prestação dos serviços.

12.2. O valor devido à Contratada, a título de pagamento, poderá eventualmente sofrer descontos em função da pontuação por ela obtida por ocasião da avaliação de qualidade, sem prejuízo da aplicação das sanções cabíveis.

12.3. A pontuação será referente a cada local de prestação do serviço, não havendo a somatória dos percentuais porventura aplicados em cada local.

12.4. A medição será feita pelo fiscal designado para cada local.

12.5. A utilização do IMR não impede a aplicação concomitante de outros mecanismos para controle da prestação dos serviços.

### **Forma de pagamento**

12.6. O pagamento será realizado por meio de ordem bancária, até o 10º (décimo) dia a contar do recebimento da respectiva Nota Fiscal/Fatura e após o recebimento definitivo do(s) serviço(s) por um dos(as) servidores(as) designados(as), observado o disposto no Anexo VII deste Termo de Referência (IMR).

12.7. O pagamento será efetuado pelo Tribunal Regional Eleitoral de Minas Gerais, a cada conclusão dos serviços abaixo agrupados, previstos neste Termo de Referência, após serem atestados definitivamente por servidor especificamente designado para a fiscalização do contrato:

- Bloco "Interior" - 1ª etapa;
- Bloco "Capital" - 1ª, 2ª, 3ª e 4ª etapas;
- Bloco "Capital" - 1ª, 2ª, 3ª e 4ª etapas - Se houver 2º turno;
- Bloco "Interior" - 2ª etapa.

12.8. No caso de controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, deverá ser observado o teor do [art. 143 da Lei nº 14.133/2021](#), comunicando-se à empresa para emissão de Nota Fiscal no que pertine à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento.

## **13. FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR**

13.1. O fornecedor será selecionado por meio da realização de procedimento de LICITAÇÃO, na modalidade PREGÃO, sob a forma ELETRÔNICA.

13.2. As exigências de habilitação jurídica, fiscal, social, trabalhista e econômico-financeira são expressas no Edital de licitação.

13.3. O licitante deverá comprovar os seguintes requisitos de Qualificação Técnica:

### Comprovação da capacidade técnica-operacional

13.4. Deverão ser apresentados um ou mais atestados de capacidade técnica, expedido por pessoa jurídica de direito público ou privado, contendo nomes legíveis dos seus emitentes e número de telefone ou endereço eletrônico para contato, que comprove que a licitante executou ou está executando, com êxito, serviços de transporte de equipamentos do segmento de informática e/ou eletroeletrônicos em quantidade equivalente a pelo menos 50% (cinquenta por cento) da quantidade estimada de urnas a serem transportadas nos 2 trechos, ou seja, 52.300 (cinquenta e duas mil trezentas) unidades, em um período máximo de 02 meses.

13.4.1. Se nos textos do(s) atestado(s) não contiver elementos suficientes para permitir sua análise, a licitante poderá anexar a eles outros documentos que possam esclarecer esses dados, tais como contratos, termos aditivos ou declaração de seus emitentes, de modo a complementar as informações.

13.4.2. Será admitida, para fins de comprovação de quantitativo mínimo, a apresentação e o somatório de diferentes atestados executados de forma concomitante.

#### Justificativa Técnica para Exigência de Atestado de Capacidade Técnica – Transporte de Urnas Eletrônicas

##### **Natureza crítica do objeto**

O transporte de urnas eletrônicas envolve bens classificados como sensíveis, de alto valor agregado e essenciais para a execução das Eleições, cuja integridade física é condição indispensável para a continuidade do processo eleitoral. Diferentemente de cargas comuns, trata-se de equipamentos de informática que exigem cuidados especiais com vibração, impacto, umidade e manuseio.

##### **Riscos operacionais relevantes**

A operação ocorre em período restrito, envolvendo muitas unidades a serem distribuídas simultaneamente para diversos municípios, inclusive de difícil acesso. Falhas no transporte geram riscos como:

- atraso na preparação das seções eleitorais,
- aumento de demandas emergenciais,
- prejuízo à segurança e confiabilidade do pleito.

Em razão desses riscos, é indispensável que a contratada possua experiência prévia comprovada em logística de grande escala envolvendo equipamentos de informática/eletroeletrônicos.

##### **Necessidade de comprovação de experiência proporcional ao volume da operação**

A exigência de que o atestado comprove transporte de no mínimo 50% da quantidade total estimada (52.300 unidades), em intervalo máximo de 2 meses, decorre de:

- similaridade com a dinâmica real da operação eleitoral, que também ocorre em curto espaço de tempo;
- necessidade de assegurar que a empresa possui:
  - estrutura operacional suficiente,
  - frota compatível,
  - equipe treinada,
  - capacidade logística simultânea;
- mitigação de riscos de incapacidade operacional, frequentemente identificados em contratações sem comprovação de experiência anterior em operações desse porte.

### **Amparo em boas práticas e jurisprudência**

O TCU reconhece a legitimidade de exigências de capacitação técnica que:

- guardem relação direta com a complexidade e o risco do objeto (Acórdão 1.214/2013-Plenário),
- sejam proporcionais e tecnicamente justificadas (Acórdão 2.277/2015-Plenário),
- possam incluir percentuais mínimos de capacidade para assegurar execução adequada (Acórdãos 2.814/2019-Plenário e 2.121/2022-Plenário).

Dessa forma, a exigência de experiência prévia com quantitativo mínimo equivalente a 50% da carga total, executado em curto período, é medida adequada para garantir a capacidade real da licitante para executar o contrato eleitoral, não configurando restrição indevida à competitividade.

13.5. O licitante deverá apresentar declaração de disponibilidade de veículos e pessoal técnico adequados para a realização do objeto da licitação, que compreenda um número estimado de até 24 (vinte e quatro) rotas simultâneas, tanto para a distribuição quanto para o recolhimento de urnas eletrônicas.

13.6. O licitante deverá apresentar o Registro Nacional de Transportadores Rodoviários de Carga (RNTRC), dentro do prazo de validade e em situação ativa, emitido pela Agência Nacional de Transportes Terrestres - ANTT, conforme a Resolução 5982/2022/DG/ANTT/MI.

## **14. ESTIMATIVA DO VALOR DA CONTRATAÇÃO**

14.1. O custo estimado da contratação está previsto no edital de licitação.

## **15. ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA**

15.1. A contratação objeto destes autos encontra adequação orçamentária, uma vez que o Plano de Contratações Anual é elaborado em alinhamento com a proposta de Lei Orçamentária Anual.

## **16. PENALIDADES**

16.1 O descumprimento das disposições deste termo de referência sujeitará a contratada às sanções previstas no art. 156 da Lei 14.133/2021 e no termo de contrato.

16.2. Por se tratar de bens sensíveis e essenciais ao desenvolvimento do Processo Eleitoral, cuja distribuição e recolhimento tem caráter inadiável e especial, a CONTRATADA estará sujeita à multa calculada dentro dos seguintes parâmetros, além das penalidades previstas em lei:

- Atraso no horário de apresentação de veículo para distribuição das urnas eletrônicas (1ª etapa do Bloco "Interior" e 1ª a 4ª etapas do Bloco "Capital") - Multa de 0,5% (meio por cento), por veículo, sobre o valor do contrato referente a cada serviço agrupado em execução, conforme subitem 12.7;
- Atraso no início da execução dos serviços – Não disponibilização de veículos a data de início de rotas - Multa de 1% (um por cento) sobre o valor do contrato referente a cada serviço agrupado em execução, conforme subitem 12.7., por dia de atraso;
- Obtenção do "Percentual de não conformidade" (subitem 1.4 do Anexo VII deste Termo de Referência) superior a 40% - Multa de 5% (cinco por cento) sobre o valor do contrato referente à etapa em execução.

## **17. LEI GERAL DE PROTEÇÃO DE DADOS PESSOAIS - LGPD**

17.1. As partes obrigam-se a cumprir o disposto na Lei nº 13.709/2018, nos termos previstos em contrato.

## **18. LEI DE ACESSO À INFORMAÇÃO - LAI**

18.1. Não há necessidade de classificação deste Termo de Referência quanto ao grau de sigilo, nos termos da Lei nº 12.527, de 18 de novembro de 2011, considerando que a contratação é pública, o que garante o amplo acesso aos interessados.

## **19. DISPOSIÇÕES GERAIS**

19.1. É vedada a contratação de empresa que tenha entre seus empregados cônjuges, companheiros ou parentes em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, inclusive, de ocupantes de cargos de direção e de assessoramento de membros ou juízes vinculados ao TRE/MG.

19.2. É vedada a contratação de empresa que tenha entre seus sócios, ainda que sem função gerencial, servidor, cônjuges, companheiros ou parentes em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, inclusive, de ocupantes de cargos de direção e de assessoramento, de membros ou juízes vinculados ao TRE/MG.

## **ANEXOS**

### **ANEXO I - ROTEIRO PARA DISTRIBUIÇÃO DE URNAS ELETRÔNICAS**

([Este arquivo foi criado em PDF e encontra-se disponível no sítio https://www.tre-mg.jus.br/transparencia-e-prestacao-de-contas/licitacoes/licitacoes-1](https://www.tre-mg.jus.br/transparencia-e-prestacao-de-contas/licitacoes/licitacoes-1))

### **ANEXO II – ROTEIRO PARA RECOLHIMENTO DE URNAS ELETRÔNICAS**

([Este arquivo foi criado em PDF e encontra-se disponível no sítio https://www.tre-mg.jus.br/transparencia-e-prestacao-de-contas/licitacoes/licitacoes-1](https://www.tre-mg.jus.br/transparencia-e-prestacao-de-contas/licitacoes/licitacoes-1))

### **ANEXO III – ROTEIRO PARA DISTRIBUIÇÃO DE URNAS ELETRÔNICAS DE CONTINGÊNCIA**

([Este arquivo foi criado em PDF e encontra-se disponível no sítio https://www.tre-mg.jus.br/transparencia-e-prestacao-de-contas/licitacoes/licitacoes-1](https://www.tre-mg.jus.br/transparencia-e-prestacao-de-contas/licitacoes/licitacoes-1))

### **ANEXO IV – ROTEIRO PARA RECOLHIMENTO DE CAIXAS COM MATERIAIS**

([Este arquivo foi criado em PDF e encontra-se disponível no sítio https://www.tre-mg.jus.br/transparencia-e-prestacao-de-contas/licitacoes/licitacoes-1](https://www.tre-mg.jus.br/transparencia-e-prestacao-de-contas/licitacoes/licitacoes-1))

**ANEXO V – ROTEIRO PARA DISTRIBUIÇÃO DE URNAS ELETRÔNICAS E CAIXAS COM MATERIAIS**

([Este arquivo foi criado em PDF e encontra-se disponível no sítio https://www.tre-mg.jus.br/transparencia-e-prestacao-de-contas/licitacoes/licitacoes-1](https://www.tre-mg.jus.br/transparencia-e-prestacao-de-contas/licitacoes/licitacoes-1))

**ANEXO VI – ROTEIRO PARA RECOLHIMENTO DE URNAS ELETRÔNICAS E CABINAS DE VOTAÇÃO**

([Este arquivo foi criado em PDF e encontra-se disponível no sítio https://www.tre-mg.jus.br/transparencia-e-prestacao-de-contas/licitacoes/licitacoes-1](https://www.tre-mg.jus.br/transparencia-e-prestacao-de-contas/licitacoes/licitacoes-1))

**ANEXO VII****Instrumento de Medição de Resultado (IMR)**

1.1. Durante a vigência do contrato a Administração adotará o Instrumento de Medição de Resultados – IMR de acordo com os parâmetros estabelecidos na IN nº 05/2017 do MPOG.

1.1. IMR é o mecanismo que define, em bases compreensíveis, tangíveis, objetivamente observáveis e comprováveis, os níveis esperados de qualidade da prestação do serviço e respectivas adequações de pagamento.

1.2. O IMR adotado nesta contratação é baseado em um Fator de Qualidade – FQ que consiste em indicador percentual obtido como resultado de avaliações periódicas acerca da qualidade dos serviços executados pela CONTRATADA.

1.2.1. Caso o serviço seja prestado, mas com nível de qualidade inferior ao mínimo estabelecido, o IMR prevê a redução que deverá ser realizada no valor a ser pago à CONTRATADA, sendo disciplinado nesta contratação pela fórmula a seguir:

**VF = VC x FQ**, onde:

VF: Valor da Fatura (Valor da nota fiscal a ser emitida);

VC: Valor do Contrato (Valor constante no contrato);

FQ: Fator de Qualidade (Índice a ser aplicado em virtude da avaliação dos serviços).

1.3. A meta a ser atingida pela CONTRATADA é de 100%, isto é, espera-se que a empresa obtenha o Fator de Qualidade – FQ = 1,00 para que receba integralmente a remuneração pelos serviços prestados.

1.4. Abaixo apresentamos a tabela para a definição do FQ:

<b>PERCENTUAL DE NÃO CONFORMIDADE</b>	<b>FATOR DE QUALIDADE – FQ</b>
De 0 a 10%	1,00
De 11 a 20%	0,95
De 21 a 30%	0,90
De 31 a 40%	0,85

1.4.1. Para os casos enquadrados em um percentual de não conformidade superior a 40%, vide item 16 do Termo de Referência.

1.5. A fiscalização técnica fará a avaliação dos serviços a qualquer tempo, sem aviso prévio à CONTRATADA, por amostragem e operacionalizada mediante o uso dos formulários abaixo apresentados, ou sistema informatizado que venha a substituí-los, registrando a não conformidade dos itens avaliados em cada etapa e que são passíveis de controle pela Administração deste Tribunal:

<b>FORMULÁRIO</b> <b>Análise de indicadores da 1ª etapa – Bloco Interior</b>			
<b>Indicador</b>	<b>Não conformidade</b>	<b>Universo apurado</b>	<b>% de não conformidade</b>
1) Veículo provido com lonas, plásticos ou cobertores, não acarretando atraso na execução do serviço.			
2) Veículo provido com cordas ou cintas, não acarretando atraso na execução do serviço.			
3) Veículo provido com carrinhos, tipo armazém ou similar, não acarretando atraso na execução do serviço.			
4) Veículo provido com lacres, não acarretando atraso na execução do serviço.			



5) Urnas eletrônicas corretamente acondicionadas no compartimento de carga do veículo para viagem.			
6) Veículo desprovido de qualquer identificação, propaganda eleitoral ou símbolo que remeta a candidato, partido político, coligação ou algo do gênero.			
7) Colaboradores desprovidos de qualquer identificação, propaganda eleitoral ou símbolo que remeta a candidato, partido político, coligação ou algo do gênero.			
8) Entrega das urnas eletrônicas realizada dentro da semana de início da rota.			
9) Acondicionamento das urnas eletrônicas em local indicado pelo representante da Justiça Eleitoral na localidade de destino.			
<b>PERCENTUAL DE NÃO CONFORMIDADE (média)</b>			

<b>FORMULÁRIO</b> <b>Análise de indicadores da 1ª, 2ª, 3ª e 4ª etapa – Bloco Capital</b>			
<b>Indicador</b>	<b>Não conformidade</b>	<b>Universo apurado</b>	<b>% de não conformidade</b>
1) Veículo provido com lonas, plásticos ou cobertores, não acarretando atraso na execução do serviço.			
2) Veículo provido com cordas ou cintas, não acarretando atraso na execução do serviço.			
3) Veículo provido com carrinhos, tipo armazém ou similar, não acarretando atraso na execução do serviço.			
4) Urnas eletrônicas e outros materiais corretamente acondicionadas no compartimento de carga do veículo.			
5) Carga devidamente amarrada com cordas ou cintas, evitando a queda e dano aos materiais durante o transporte.			
6) Veículo desprovido de qualquer identificação, propaganda eleitoral ou símbolo que remeta a candidato, partido político, coligação ou algo do			

gênero.			
7) Colaboradores desprovidos de qualquer identificação, propaganda eleitoral ou símbolo que remeta a candidato, partido político, coligação ou algo do gênero.			
<b>PERCENTUAL DE NÃO CONFORMIDADE (média)</b>			

<b>FORMULÁRIO</b> <b>Análise de indicadores da 2ª etapa – Bloco Interior</b>			
<b>Indicador</b>	<b>Não conformidade</b>	<b>Universo apurado</b>	<b>% de não conformidade</b>
1) Recolhimento das urnas eletrônicas em local indicado pelo representante da Justiça Eleitoral na localidade de origem.			
2) Carga devidamente separada com lonas, plásticos ou cobertores, quando do descarregamento no Centro de Apoio do TRE/MG.			
3) Carga devidamente amarrada com cordas ou cintas, evitando a queda e dano ao equipamento durante o transporte.			
4) Urnas eletrônicas corretamente acondicionadas no compartimento de carga do veículo.			
5) Entrega do recibo próprio da CONTRATANTE contendo o quantitativo total de urnas recolhidas, quando do descarregamento no Centro de Apoio do TRE/MG.			
6) Veículo desprovido de qualquer identificação, propaganda eleitoral ou símbolo que remeta a candidato, partido político, coligação ou algo do gênero.			
7) Colaboradores desprovidos de qualquer identificação, propaganda eleitoral ou símbolo que remeta a candidato, partido político, coligação ou algo do gênero.			
8) Entrega das urnas eletrônicas realizada dentro da semana de início da rota.			

<b>PERCENTUAL DE NÃO CONFORMIDADE (média)</b>	
---	--

1.6. Ao final da conclusão de cada serviço agrupado, conforme subitem 12.7., a fiscalização apresentará à CONTRATADA um relatório de avaliação da qualidade, no qual constará, devidamente fundamentado, o FQ obtido pela empresa.

1.6.1. A partir do recebimento do relatório, a CONTRATADA terá até 3 (três) dias úteis para contestar as falhas apontadas e apresentar justificativas, que poderão ser aceitas pela fiscalização do Contrato, ensejando em novas readequações de pagamento.

1.7. A fiscalização emitirá termo circunstanciado para efeito de recebimento definitivo dos serviços prestados, com base nos relatórios e documentação apresentados, e comunicará a CONTRATADA para que emita a Nota Fiscal ou Fatura com o valor exato dimensionado pela fiscalização com base no Instrumento de Medição de Resultado (IMR), ou instrumento substituto.

1.7.1. As adequações do pagamento decorrentes das avaliações pelo IMR não se confundem com as penalidades constantes do Contrato, podendo, ambas, serem aplicadas concorrentemente, observadas as peculiaridades de cada caso.

**ANEXO II DO EDITAL**

**MINUTA DO CONTRATO**

**SEI nº 0002211-25.2025.6.13.8000**  
**Contrato nº ...../..... – TREMG**

CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS QUE ENTRE SI CELEBRAM A **UNIÃO**, POR INTERMÉDIO DO **TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE MINAS GERAIS** E .....

A **UNIÃO**, por intermédio do **TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE MINAS GERAIS**, com sede em Belo Horizonte/MG, na Av. Prudente de Moraes, 100, Cidade Jardim, CNPJ nº 05.940.740/0001-21, a seguir denominada **CONTRATANTE**, neste ato representado por seu Diretor-Geral, Rodolfo Francisco Castro Pacheco, de acordo com a delegação de competência contida no art. 2º, inciso V, da Portaria nº 98/2025 da Presidência deste Tribunal, publicada no DJE de 16/06/2025, e, a ....., CNPJ nº ....., com sede em ...../MG, na ....., nº ....., Bairro ....., a seguir denominada **CONTRATADA**, neste ato representada por seu ....., vêm ajustar o presente Contrato de Prestação de Serviços, de acordo com as seguintes cláusulas e condições:

## CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

O objeto do presente contrato é a **prestação de serviços de transporte rodoviário de carga**, para realização de serviços de transporte de urnas eletrônicas e outros materiais para diversos municípios do Estado de Minas Gerais, por ocasião das Eleições 2026, conforme especificações e condições estabelecidas no Anexo deste instrumento.

## CLÁUSULA SEGUNDA - DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

- I. Responsabilizar-se integralmente pelos serviços contratados, nos termos da legislação vigente, e por todo e qualquer dano físico, material ou pessoal causado direta ou indiretamente à CONTRATANTE, seus servidores ou outros, por ocasião da realização dos serviços;
- II. Iniciar a execução dos serviços em até 07 (sete) dias **úteis** do início da vigência do contrato;
- III. Substituir o veículo, em caso de quebra ou defeito mecânico, por outro de mesmas características, sem quaisquer custos para o CONTRATANTE, **de forma a não interromper a realização dos serviços por período superior a 2 (duas) horas;**
- IV. Responsabilizar-se por qualquer acidente provocado pelo veículo, dentro das normas legais vigentes;
- V. Responsabilizar-se por qualquer dano nas urnas eletrônicas, proveniente de queda ou choque pelo manuseio;
- VI. Responsabilizar-se por quaisquer atrasos nos serviços, decorrentes da substituição do veículo, além do prazo determinado no inciso III desta Cláusula, assim como por qualquer acidente provocado pelo estado de conservação do veículo, arcando com todas as responsabilidades, dentro das normas legais vigentes;
- VII. Apresentar, **em até 48h (quarenta e oito horas) após a solicitação do CONTRATANTE**, um extrato/documento emitido pela ANTT que conste, no mínimo, o quantitativo de veículos estipulado no Anexo I do Termo de Referência;
- VIII. Apresentar, **em até 10 (dez) dias corridos** a contar data de início da vigência do contrato, limitada ao primeiro dia útil anterior ao início da 1ª etapa dos serviços (Distribuição das urnas eletrônicas - Bloco "Interior"), **a apólice de seguro ou declaração da seguradora referente ao Seguro Obrigatório de Responsabilidade Civil do Transportador Rodoviário - Carga (RCTRC) prevista no subitem 3.3 do Anexo deste instrumento;**
- IX. Indicar, formalmente, no momento da assinatura do contrato, preposto que tenha capacidade gerencial para tratar de todos os assuntos previstos no instrumento contratual, sem que isso implique acréscimo nos preços contratados;
- X. Manter o preposto presente no Centro de Apoio do CONTRATANTE durante toda a execução da operação de carregamento e de descarregamento em Belo Horizonte/MG;
- XI. Atentar para que cada veículo não ultrapasse o peso máximo permitido;
- XII. Prover local adequado para que o veículo pernoite em local seguro, quando for o caso;
- XIII. Comparecer, sempre que convocada, em reuniões com a CONTRATANTE;
- XIV. Zelar pela destinação, integridade e sigilo da carga a ser transportada;
- XV. Comunicar imediatamente à CONTRATANTE qualquer eventualidade que ocorrer durante as rotas de distribuição e recolhimento;

- XVI. Realizar a entrega/coleta da carga no local de destino dentro do prazo previsto, conforme disposto nos Anexos do Termo de Referência;
- XVII. Realizar a distribuição e recolhimento de urnas eletrônicas utilizando-se de colaboradores, devidamente identificados pela CONTRATADA, em quantidade suficiente para a realização das atividades necessárias (condução do veículo, carregamento e descarregamento das urnas eletrônicas);
- XVIII. Fornecer os lacres, previstos no subitem 2.1.16 do Anexo deste instrumento, os quais deverão ser numéricos e não coincidentes;
- XIX. Prover cada veículo com lonas ou plásticos ou cobertores suficientes para possibilitar a divisão das urnas eletrônicas, por lotes, pertencentes às Zonas Eleitorais diferentes;
- XX. Prover cada veículo com cordas ou cintas suficientes para possibilitar a amarração da carga;
- XXI. Prover cada veículo com, no mínimo, 01 (um) carrinho tipo armazém, ou similar, para possibilitar o carregamento/d Descarregamento de mais de uma unidade de urna eletrônica;
- XXII. Disponibilizar o Romaneio de Viagem previsto no subitem 2.1.15. do Anexo deste instrumento;
- XXIII. Disponibilizar à CONTRATANTE, sempre que requerido, em até 24h contadas da solicitação, cópia do Romaneio de Viagem utilizado em quaisquer rotas;
- XXIV. Arcar com todas as despesas, taxas, seguros, tributos, emolumentos e outras incidentes ou que venham a incidir sobre os transportes;
- XXV. Entregar (acondicionar) ou coletar as urnas eletrônicas no local (sala, por exemplo) indicado pelo representante da CONTRATANTE independentemente da distância de estacionamento do veículo e se há ou não a presença de escadas, rampas, elevadores, etc;
- XXVI. Providenciar, caso necessário, junto aos órgãos de trânsito de cada município, a devida liberação para estacionamento do veículo próximo ao local de carregamento/d Descarregamento;
- XXVII. Observar, rigorosamente, para que os colaboradores, bem como os veículos utilizados para a realização dos serviços descritos no Anexo deste instrumento, **não contenham, sob hipótese alguma, identificação, propaganda eleitoral ou símbolo que remeta a candidato, partido político ou coligação ou algo do gênero;**
- XVIII. Utilizar preferencialmente veículos que utilizem biocombustíveis, como o etanol ou o reagente ARLA 32, no caso do uso do diesel;
- XXIX. Prestar garantia contratual dos serviços de acordo com o estabelecido na Lei nº 8.078/1990 (Código de Defesa do Consumidor);
- XXX. Observar os critérios para prestação dos serviços e as demais obrigações dispostas no Anexo deste instrumento;
- XXXI. Responsabilizar-se por todos os materiais e ferramentas necessários à execução dos serviços, bem como pelo seu pessoal;
- XXXII. Contar com equipe de profissionais especializados, devidamente identificados e habilitados para a prestação dos serviços contratados, provendo-os de todos os equipamentos de proteção individual (EPIs) necessários à correta e segura execução dos serviços;
- XXIII. Indicar o nome do(a) seu/sua preposto(a) que será o contato usual para equacionar os eventuais problemas relativos à prestação dos serviços;
- XXIV. Fornecer e manter atualizado o endereço postal e eletrônico, bem como o número de telefone, para que a CONTRATANTE mantenha os contatos necessários;
- XXXV. Atender às solicitações e determinações da CONTRATANTE, nos prazos estabelecidos neste instrumento, bem como fornecer todas as informações e elementos necessários à fiscalização dos serviços;
- XXVI. Providenciar a regularização de pendências e/ou impropriedades ocorridas na prestação dos serviços, apontadas pelos(as) servidores/servidoras designados(as) para fiscalizar a execução do Contrato, dentro do prazo estipulado pela comunicação escrita da CONTRATANTE;

- XXVII. Cumprir, durante todo o período de execução do contrato, a reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social ou para aprendiz, bem como as reservas de cargos previstas na legislação;
- XVIII. Comprovar a reserva de cargos a que se refere o inciso anterior, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, com a indicação dos empregados que preencheram as referidas vagas;
- XXIX. Não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de dezesseis anos, exceto na condição de aprendiz para os maiores de quatorze anos, nem permitir a utilização do trabalho do menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre.
- XL. Manter, durante toda a execução do Contrato, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.

**Parágrafo Primeiro:** É de responsabilidade da CONTRATADA gerir sua caixa de entrada de mensagens eletrônicas. Eventuais alegações posteriores de defeitos ou entraves técnicos no recebimento e visualização de e-mail não serão aceitas pela CONTRATANTE.

**Parágrafo Segundo:** Disponibilizar veículos com compartimento de carga fechado, com as seguintes especificações mínimas:

- a. Ano de fabricação igual ou superior a 2016;
- b. Capacidade volumétrica mínima do compartimento de carga de acordo com cada rota;
- c. Possuir, pelo menos, duas portas na parte posterior do compartimento de carga;
- d. Estar bem conservado, com pneus bons e em condições de executar todo o trajeto especificado nos roteiros;
- e. Estar rigorosamente em dia com documentação e pagamento de impostos, seguros e taxas legalmente exigidas.

**Parágrafo Terceiro:** Para cada rota do Bloco "Interior", deverá haver, no mínimo, um motorista e um ajudante. Para cada rota do Bloco "Capital", deverá haver, no mínimo, um motorista e seis ajudantes.

**Parágrafo Quarto:** Para cada rota do Bloco "Interior", entrar em contato, às suas expensas, com os representantes do CONTRATANTE, entre 48 e 24 horas de antecedência, combinando o horário de descarregamento, quando da distribuição das urnas eletrônicas, e de carregamento, quando do recolhimento dos equipamentos.

**Parágrafo Quinto:** Em caso de necessidade de substituição de um veículo que esteja em viagem, **a baldeação de carga somente poderá ser executada com a presença de um representante da Justiça Eleitoral devidamente indicado pela CONTRATANTE.**

### **CLÁUSULA TERCEIRA - DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE**

- I. Fornecer à CONTRATADA todas as informações relacionadas com o objeto deste Contrato, visando obter os melhores resultados na prestação dos serviços;

- II. Designar dois servidores/servidoras (titular e suplente) do seu quadro de pessoal, para representá-lo no acompanhamento e fiscalização dos serviços contratados;
- III. Permitir a entrada dos empregados da CONTRATADA, devidamente identificados e habilitados tecnicamente para realizar os serviços contratados;
- IV. Notificar **a CONTRATADA**, por escrito, por meio de correio ou e-mail, a respeito de quaisquer irregularidades constatadas na prestação dos serviços, estabelecendo, quando for o caso, prazo para a sua regularização;
- V. Emitir decisão sobre todas as solicitações e reclamações relacionadas à execução do presente Contrato, no prazo de até 01 (um) mês, a contar da data de protocolo do requerimento, admitida a prorrogação, por igual período, ressalvados os requerimentos manifestamente impertinentes, meramente protelatórios ou de nenhum interesse para a boa execução do ajuste, conforme art. 123 da Lei nº 14.133/2021.

**Parágrafo Primeiro:** Não obstante a CONTRATADA seja a única e exclusiva responsável pela execução de todos os serviços, à CONTRATANTE reserva-se o direito de, sem que de qualquer forma restrinja a plenitude da responsabilidade da CONTRATADA, exercer a mais ampla e completa fiscalização sobre os serviços, diretamente ou por prepostos(as) designados(as), podendo para isso registrar, em relatório, as deficiências porventura existentes na prestação dos serviços, encaminhando cópia do mesmo à CONTRATADA, para a correção das irregularidades apontadas no prazo prescrito.

**Parágrafo Segundo:** A existência de fiscalização, pela CONTRATANTE, não exime a CONTRATADA de sua total e exclusiva responsabilidade sobre os serviços contratados e pelos danos causados à CONTRATANTE ou a terceiros.

#### CLÁUSULA QUARTA - DA PRIVACIDADE E DA PROTEÇÃO DE DADOS PESSOAIS

Em razão do presente instrumento, as partes poderão compartilhar, entre si, dados dos seus presidentes, diretores, conselheiros, sócios, representantes legais, funcionários/servidores vinculados a este instrumento/contratação, obrigando-se a cumprir com as seguintes determinações:

**Parágrafo Primeiro:** Cumprir de forma integral com todas as determinações da Lei Geral de Proteção de Dados, Lei nº 13.709/2018 (doravante denominada "LGPD"), **assegurando que o tratamento de dados pessoais será compatível com as bases legais permitidas pela referida legislação**, comprometendo-se a acompanhar eventuais alterações ou regulamentações complementares acerca do tema.

**Parágrafo Segundo:** Adotar as melhores práticas do mercado de segurança da informação, além de implementar regras internas de governança, medidas técnicas, administrativas e organizacionais que garantam a inviolabilidade, confidencialidade, disponibilidade e integridade dos dados pessoais que tiverem acesso em razão deste instrumento, exigindo que todos os seus empregados, parceiros, fornecedores, subcontratados, se houver, e afins também adotem as mesmas regras de governança (técnicas e administrativas), de acordo com as disposições da "LGPD".

**Parágrafo Terceiro:** Cada parte será responsável pelos prejuízos que ocasionar à outra ou aos titulares dos dados, além de eventuais multas administrativas, decorrentes do descumprimento da "LGPD".

#### CLÁUSULA QUINTA – DO VALOR

O valor do contrato é de R\$. (.....), sendo:

- Bloco "Interior" - 1ª etapa: R\$.....
- Bloco "Capital" - 1ª, 2ª, 3ª e 4ª etapas R\$.....
- Bloco "Capital" - 1ª, 2ª, 3ª e 4ª etapas - Se houver 2º turno: R\$.....
- Bloco "Interior" - 2ª etapa: R\$.....

## CLÁUSULA SEXTA – DA RECOMPOSIÇÃO

O preço constante neste instrumento poderá ser reajustado, desde que expressamente solicitado pela CONTRATADA, observado sempre o interregno mínimo de 1 (um) ano, contado da data do orçamento estimado (24/03/2026 ) ou da última majoração de preços, nos termos do inciso V do artigo 92 da Lei n.º 14.133/2021 e artigos 2º e 3º da Lei n.º 10.192/2001, utilizando-se a variação do IPCA/IBGE, ou outro índice que vier a substituí-lo, referente ao período anual anterior.

**Parágrafo Primeiro:** Caso haja necessidade de revisão dos valores contratados, objetivando a manutenção do equilíbrio econômico-financeiro do contrato para restabelecer a relação entre os encargos da CONTRATADA e a retribuição da CONTRATANTE pactuada inicialmente pelas partes, a CONTRATADA deverá comprovar a configuração da álea econômica extraordinária e extracontratual, nos termos da alínea "d" do inciso II do artigo 124 da Lei 14.133/2021.

**Parágrafo Segundo:** Para fins do disposto no parágrafo anterior, será devida a revisão dos valores pela CONTRATANTE a partir da data da solicitação formal da CONTRATADA, ressalvada a possibilidade de concessão de efeitos retroativos, desde que demonstrado inequivocamente que o motivo que deu ensejo à ruptura do equilíbrio econômico-financeiro contratual teve origem em data pretérita.

**Parágrafo Terceiro:** Os eventuais pedidos de reestabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro feitos pela CONTRATADA deverão ser respondidos pela CONTRATANTE no prazo máximo de 02(dois) meses, contados da solicitação.

## CLÁUSULA SÉTIMA - DO PAGAMENTO

A CONTRATADA deverá remeter à CONTRATANTE a respectiva Nota Fiscal/Fatura **a partir do** primeiro dia útil do mês subsequente ao da prestação dos serviços, **conforme parágrafo primeiro**, e o pagamento será efetuado, por meio de ordem bancária, até o 10º (décimo) dia a contar do recebimento do referido documento, após atestada a efetiva prestação dos serviços contratados por um(a) dos(as) servidores(as) designados(as).

**Parágrafo Primeiro:** O pagamento será efetuado pelo CONTRATANTE, a cada conclusão dos serviços abaixo agrupados, após serem atestados definitivamente por servidor especificamente designado para a fiscalização do contrato:



- Bloco "Interior" - 1ª etapa;
- Bloco "Capital" - 1ª, 2ª, 3ª e 4ª etapas;
- Bloco "Capital" - 1ª, 2ª, 3ª e 4ª etapas - Se houver 2º turno;
- Bloco "Interior" - 2ª etapa.

**Parágrafo Segundo:** Havendo controvérsia sobre a execução do objeto quanto à dimensão, qualidade e quantidade, a CONTRATADA será comunicada para emissão de Nota Fiscal no que concerne à parcela incontroversa, conforme art. 143 da Lei nº 14.133/2021, para efeito de liquidação e pagamento daquela parcela no prazo previsto no caput desta Cláusula.

**Parágrafo Terceiro:** Será observada, para efeito de pagamento, em qualquer caso, a ordem cronológica estabelecida nos incisos I a IV do artigo 141 da Lei nº 14.133/2021, podendo ser alterada, excepcionalmente, mediante justificativa, nos casos do parágrafo primeiro, incisos I ao V, daquele dispositivo legal.

**Parágrafo Quarto:** Caso a CONTRATADA seja optante pelo SIMPLES NACIONAL deverá apresentar, juntamente com a Nota Fiscal/Fatura, a declaração prevista no art. 6º da Instrução Normativa n.º 1.234-RFB, de 11 de janeiro de 2012, com as alterações posteriores, nos termos do Anexo IV do mesmo instrumento, assinada por seu(s) representante(s) legal (legais), em duas vias.

**Parágrafo Quinto:** Caso a CONTRATADA não seja optante pelo SIMPLES NACIONAL, o valor dos tributos federais será descontado na fonte, conforme Instrução Normativa 1.234-RFB, de 11 de janeiro de 2012, com as alterações posteriores.

**Parágrafo Sexto:** Somente serão aceitas Notas Fiscais/Faturas corretamente preenchidas e sem rasuras.

**Parágrafo Sétimo:** Considerar-se-á como a data do pagamento o dia da emissão da ordem bancária a favor da CONTRATADA.

**Parágrafo Oitavo:** Com relação ao Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza – ISSQN, observar-se-á o disposto na Lei Complementar n.º 116/2003, e na legislação municipal aplicável.

**Parágrafo Nono:** O CNPJ constante da Nota Fiscal/Fatura deverá ser o mesmo indicado na Proposta apresentada pela CONTRATADA e da Nota de Empenho emitida pela CONTRATANTE, sob pena de não ser efetuado o pagamento, salvo em caso de matriz e filial.

**Parágrafo Dez:** O(s) pagamento(s) será(ão) realizado(s) mediante a emissão de qualquer modalidade de ordem bancária, desde que a CONTRATADA efetue a cobrança de forma a permitir o cumprimento das exigências legais, principalmente no que se refere às retenções tributárias.

**Parágrafo Onze:** Quando ocorrerem eventuais atrasos de pagamento provocados exclusivamente pela CONTRATANTE, o valor devido deverá ser acrescido de atualização financeira, e sua apuração se fará desde a data de seu vencimento até a data do efetivo pagamento, em que os juros de mora serão calculados à taxa de 0,5% (meio por cento) ao mês, ou 6% (seis por cento) ao ano, mediante aplicação das seguintes fórmulas:

$I = (TX/100) / 365$   
 $EM = I \times N \times VP$ , onde:

I = Índice de atualização financeira;  
TX = Percentual da taxa de juros de mora anual;  
EM = Encargos moratórios;  
N = Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento; e  
VP = Valor da parcela em atraso.

**Parágrafo Doze:** Durante a vigência do Contrato, a Administração adotará o Instrumento de Medição de Resultados (IMR) de acordo com os parâmetros estabelecidos na IN nº 05/2017 do MPOG, conforme Anexo II deste Contrato, para aferição da qualidade da prestação dos serviços, podendo haver o redimensionamento no pagamento com base nos indicadores estabelecidos.

**Parágrafo Treze:** A utilização do Instrumento de Medição de Resultados não impede a aplicação concomitante de outros mecanismos para a avaliação da prestação dos serviços.

#### CLÁUSULA OITAVA - DA VIGÊNCIA

O prazo de vigência do presente contrato é de **05 (cinco)** meses, iniciando-se em \_\_\_\_ (\_\_\_\_) de \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_ (\_\_\_\_) e encerrando-se em \_\_\_\_ (\_\_\_\_) de \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_ (\_\_\_\_).

#### CLÁUSULA NONA - DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS

As despesas decorrentes deste instrumento, no corrente exercício, correrão à conta de dotação orçamentária na seguinte classificação:

.....

**Parágrafo Único:** Será emitida Nota de Empenho para atender às despesas deste instrumento.

#### CLÁUSULA DEZ - DO FUNDAMENTO LEGAL

O presente Contrato é celebrado com base na licitação realizada na modalidade "Pregão Eletrônico nº .....", **homologado pela Diretoria Geral da CONTRATANTE**, nos autos do Processo nº ...../...., sujeitando-se os contratantes às normas da Lei nº 14.133/2021.

**Parágrafo Único:** Integram o presente Contrato a proposta da CONTRATADA, **o Termo de Referência e seus anexos I ao VI** e todos os atos e termos referentes ao processo da contratação.

## CLÁUSULA ONZE - DA PUBLICAÇÃO

A CONTRATANTE providenciará a publicação do presente Contrato, em extrato, no Portal Nacional de Contratações Públicas, no prazo de 20 (vinte) dias úteis a contar da assinatura deste instrumento.

## CLÁUSULA DOZE - DAS PENALIDADES

O descumprimento das cláusulas deste Contrato sujeitará a CONTRATADA às sanções previstas no art. 156 da Lei 14.133/2021, observados os termos dispostos nesta Cláusula.

**Parágrafo Primeiro: Em caso de atraso no horário de apresentação de veículo** para distribuição das urnas eletrônicas (1ª etapa do Bloco "Interior" e 1ª a 4ª etapas do Bloco "Capital"), a CONTRATADA ficará sujeita à multa de 0,5% (cinco décimos por cento), por veículo, sobre o valor do contrato referente a cada serviço agrupado em execução, conforme parágrafo primeiro da Cláusula Sétima deste Contrato;

**Parágrafo Segundo: Em caso de atraso no início da execução dos serviços** – Não disponibilização de veículos na data de início de rotas - a CONTRATADA ficará sujeita à multa de 1% (um por cento) sobre o valor do contrato referente a cada serviço agrupado em execução, conforme parágrafo primeiro da Cláusula Sétima deste Contrato;

**Parágrafo Terceiro: Em caso de obtenção do “Percentual de não conformidade”** (subitem 1.4 do Anexo VII do Termo de Referência) superior a 40%, a CONTRATADA ficará sujeita à multa de 5% (cinco por cento) sobre o valor do contrato referente à etapa em execução.

**Parágrafo Quarto:** Em caso de descumprimento de qualquer outro prazo estabelecido **em dias** neste instrumento, a CONTRATADA ficará sujeita à multa de 1% (um por cento) sobre o valor do Contrato, por dia de atraso injustificado, até o período máximo de 06 (seis) dias, a partir do qual será cobrada multa no montante de 20% (vinte por cento) sobre do Contrato, sem prejuízo das demais penalidades legais.

**Parágrafo Quinto:** Na hipótese de descumprimento de qualquer prazo estabelecido **em horas** neste instrumento, a CONTRATADA ficará sujeita à multa de 1% (um por cento) sobre o valor do Contrato por hora de atraso injustificado, até o limite de 10% (dez por cento) de do Contrato, sem prejuízo das demais penalidades legais.

**Parágrafo Sexto:** O inadimplemento total do objeto do contrato acarretará à CONTRATADA multa de 20% (vinte por cento) sobre o valor do contrato, sem prejuízo das demais penalidades legais.

**Parágrafo Sétimo:** O inadimplemento parcial do objeto do contrato acarretará à CONTRATADA multa de 10%(dez por cento) sobre o valor do contrato, sem prejuízo das demais penalidades legais.

**Parágrafo Oitavo:** Se o valor da multa for comprovadamente menor do que o prejuízo sofrido com o inadimplemento, poderá ser exigida indenização suplementar.

**Parágrafo Nono:** Configurada infração injustificada a qualquer outra obrigação prevista neste instrumento, fica a CONTRATADA sujeita à multa de 2% (dois por cento) sobre o valor do contrato, sem prejuízo das demais penalidades legais.

**Parágrafo Dez:** Os débitos da CONTRATADA para com a CONTRATANTE, resultantes de multa administrativa e/ou indenizações, não inscritos em dívida ativa, poderão ser compensados, total ou parcialmente, com os créditos devidos pela CONTRATANTE decorrentes deste mesmo contrato ou de outros contratos administrativos na forma da Instrução [Normativa SEGES/ME nº 26, de 13 de abril de 2022](#).

**Parágrafo Onze:** Quando inviáveis ou insuficientes as compensações previstas no Parágrafo anterior, a CONTRATADA será intimada a recolher o valor restante ou integral da multa apurada, no prazo de 30(trinta) dias corridos, a contar da intimação, sob pena de cobrança judicial, parágrafo 8º do artigo 156 da Lei 14.133/2021.

**Parágrafo Doze:** O não pagamento da multa poderá ensejar a aplicação de penalidade mais gravosa à CONTRATADA.

**Parágrafo Treze:** A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa ao Contratado, observando-se o procedimento previsto no caput e parágrafos do art. 158 da Lei nº 14.133/2021, para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

**Parágrafo Quatorze:** Para a garantia da ampla defesa e contraditório, as notificações serão enviadas eletronicamente para os endereços de e-mail informados na proposta comercial, bem como os cadastrados pela empresa no SICAF.

**Parágrafo Quinze:** Os endereços de e-mail informados na proposta comercial e/ou cadastrados no SICAF serão considerados de uso contínuo da empresa, não cabendo alegação de desconhecimento das comunicações a eles comprovadamente enviadas.

**Parágrafo Dezesseis:** As penalidades aplicadas serão obrigatoriamente registradas no SICAF.

**Parágrafo Dezessete:** A desídia na regularização dos serviços poderá ensejar, a critério da CONTRATANTE, a rescisão do Contrato, sem prejuízo das demais penalidades legais.

**Parágrafo Dezoito:** O período de atraso será contado em horas e dias corridos, excluindo-se o dia do vencimento do prazo para cumprimento da obrigação e incluindo-se o dia de seu efetivo adimplemento.

## CLÁUSULA TREZE - DA EXTINÇÃO DO CONTRATO

A ocorrência de quaisquer das hipóteses previstas no art. 137 da Lei nº 14.133/2021, assegurará à CONTRATANTE o direito de instaurar procedimento administrativo com vistas à extinção do Contrato, numa das formas previstas no art. 138 e com as consequências do art. 139 do mesmo diploma legal.

## CLÁUSULA QUATORZE – DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

- I. Todas as despesas com pessoal necessário à execução dos serviços, inclusive de natureza trabalhista e previdenciária, são de responsabilidade da CONTRATADA;
- II. Conforme dispõem o parágrafo 3º do artigo 195 da Constituição Federal e o artigo 2º da Lei nº. 9.012/1995, que exigem a inexistência de débito relativo às contribuições sociais para que se contrate com o Poder Público, a CONTRATADA comprovará a sua regularidade, mediante apresentação da **Certidão Conjunta expedida pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN)**, referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados (nos termos da Portaria Conjunta RFB/PGFN n.º 1751, de 02 de outubro de 2014), e do **Certificado de Regularidade de Situação perante o FGTS**, bem como das outras certidões apresentadas na licitação, em original ou cópia autenticada, quando não for possível confirmar a autenticidade das mesmas nos sítios oficiais dos respectivos órgãos na internet, como condição necessária para esta contratação, mantendo essa documentação sempre atualizada na vigência do presente instrumento;
- III. A prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho deverá, igualmente, ser comprovada mediante a apresentação de **Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT)**, nos termos da Lei n.º 12.440/2011, que inseriu o Título VII-A na Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943;
- IV. A CONTRATANTE não aceitará pedidos de reembolso de serviços e/ou materiais adicionais, por parte da CONTRATADA, que não tenham sido contemplados na proposta orçamentária apresentada e que ultrapassem o valor fixado neste contrato;
- V. É vedada a subcontratação total ou parcial da prestação dos serviços;
- VI. É vedada a manutenção, aditamento ou prorrogação de contrato de prestação de serviços com empresa que tenha entre seus sócios, ainda que sem função gerencial, servidor/servidora, cônjuges, companheiros/companheiras ou parentes em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, inclusive, de ocupantes de cargos de direção e de assessoramento, de membros ou juízes/juízas vinculados(as) ao Tribunal Regional Eleitoral de Minas Gerais, em observância à Resolução CNJ nº 7/2005;
- VII. É vedada a contratação, durante a vigência do contrato, de cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, **de dirigente da contratante ou do fiscal ou gestor do contrato**, nos termos do parágrafo único do artigo 48 da Lei nº 14.133/2021;
- VIII. Não haverá exigência de garantia contratual da execução na presente contratação;
- IX. O modelo de Gestão deste contrato encontra-se no Termo de Referência, parte integrante deste contrato;

- X. Os casos omissos serão decididos pela contratante, segundo as disposições contidas na Lei nº 14.133/2021, e demais normas federais aplicáveis e, subsidiariamente, segundo as disposições contidas na Lei nº 8.078/1990 – Código de Defesa do Consumidor – e normas e princípios gerais dos contratos;
- XI. Todas as ordens de serviço, notificações e entendimentos entre a CONTRATANTE e a CONTRATADA serão feitos por escrito, nas ocasiões próprias, não sendo aceitos quaisquer entendimentos verbais;
- XII. A CONTRATADA se obriga a utilizar de forma privativa e confidencial os documentos fornecidos pela CONTRATANTE para execução do serviço;
- XIII. Nos termos do parágrafo único, do inciso V do artigo 2º da Resolução nº 1236/2022-TREMG, a CONTRATADA deverá instruir seus profissionais acerca da ciência e responsabilidade em relação ao código de ética instituído.
- XIV. Todas as alterações no ato constitutivo da empresa CONTRATADA deverão ser imediatamente comunicadas à CONTRATANTE.

## **CLÁUSULA QUINZE - DO FORO**

Por força do disposto no inciso I do artigo 109 da Constituição Federal e no parágrafo 1º do artigo 92 da Lei nº 14.133/2021, o foro da Seção Judiciária de Minas Gerais será o competente para dirimir questões resultantes do presente instrumento.

E, por estarem assim ajustadas e contratadas, assinam as partes o presente instrumento de forma eletrônica, perante duas testemunhas.

Belo Horizonte, \_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_.

**TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE MINAS GERAIS**  
**Rodolfo Francisco Castro Pacheco**  
**Diretor-Geral**

**EMPRESA**

.....  
**Representante Legal**

**ANEXO I**

## 1. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO

1.1. A CONTRATADA deverá disponibilizar veículos com compartimento de carga fechado, com motoristas e pessoal técnico capaz de efetuar o carregamento, descarregamento, distribuição e recolhimento das urnas eletrônicas e outros materiais, cumprindo as rotas estabelecidas pelo CONTRATANTE.

1.2. Os serviços a serem prestados estão divididos em 02 (dois) blocos, cujas atividades de cada um estão divididas em etapas:

1.2.1. Interior (1º Bloco), assim dividido:

- 1ª Etapa - Distribuição de urnas eletrônicas e outros materiais: previsão de execução no período de 03 a 31 de agosto de 2026.
- 2ª Etapa - Recolhimento de urnas eletrônicas e outros materiais: previsão de execução **no período de 03 de novembro a 04 de dezembro de 2026.**

1.2.2. Capital (2º Bloco), assim dividido:

- 1ª Etapa - Distribuição de urnas eletrônicas de contingência: previsão de execução no período de 30 de setembro a 01 de outubro de 2026 e, se houver 2º turno, de 21 a 22 de outubro de 2026.
- 2ª Etapa - Recolhimento de caixas com materiais: previsão de execução no período de 30 de setembro a 01 de outubro de 2026 e, se houver 2º turno, de 21 a 22 de outubro de 2026.
- 3ª Etapa - Distribuição de urnas eletrônicas e caixas com materiais: previsão de execução no período de 01 a 03 de outubro de 2026 e, se houver 2º turno, de 22 a 24 de outubro de 2026.
- 4ª Etapa - Recolhimento de urnas eletrônicas e cabinas de votação: previsão de execução no período de 05 a 06 de outubro de 2026 e, se houver 2º turno, de 26 a 27 de outubro de 2026.

## 2 MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO

2.1. Descrição dos serviços:

### Dos 1º e 2º Blocos - Interior e Capital

2.1.1. O transporte deverá ser feito em veículos, com o compartimento de carga fechado, com ano de fabricação igual ou superior a 2016, sendo vedado o uso de veículos abertos e de veículos articulados (carretas).

2.1.1.1. O compartimento de carga do veículo não poderá conter furos, rachaduras ou outros orifícios que permitam a passagem de água, a fim de preservar o material a ser transportado.

2.1.1.2. O compartimento de carga do veículo deverá estar devidamente limpo, em condições físicas de acondicionar as urnas eletrônicas.

2.1.1.3. O compartimento de carga deverá possuir, pelo menos, duas portas na parte posterior, facilitando a aposição de niveladoras de doca e o carregamento/d Descarregamento.

2.1.2. Os veículos deverão estar bem conservados, com pneus bons e em condições de executar todo o trajeto especificado nos roteiros.

2.1.3. Para segurança dos equipamentos, as urnas eletrônicas:

- Não poderão sofrer inclinação, devendo ser conduzidas sempre na posição horizontal;
- Deverão ser carregadas pelas abas laterais de cada caixa, uma a uma, com empilhamento máximo em conformidade com a especificação contida na embalagem, acondicionando-as exclusivamente no compartimento de carga do veículo.
  - Para condução de mais de uma unidade, deverão ser utilizados carrinhos tipo armazém, dentre outros, que permitam essa facilidade.

2.1.4. Cada veículo deverá estar provido com:

- Lonas ou plásticos ou cobertores suficientes para possibilitar a divisão das urnas eletrônicas e outros materiais, por lotes, pertencentes às Zonas Eleitorais diferentes;
- Cordas ou cintas suficientes para possibilitar a amarração da carga, impedindo o deslocamento dos equipamentos durante a viagem;
- No mínimo, 01 (um) carrinho tipo armazém, ou similar, para possibilitar o carregamento/d Descarregamento de mais de uma unidade de urna eletrônica;

2.1.5. Cada rota deverá ser efetuada por apenas 01 (um) veículo, para um maior controle patrimonial da carga que será transportada, devendo o veículo ser dedicado e exclusivo para o transporte de urnas eletrônicas, sendo vedados quaisquer outros tipos de materiais que não sejam de propriedade do CONTRATANTE.



2.1.6. Em cada localidade, as urnas eletrônicas e outros materiais deverão ser entregues/coletados no local indicado pelo representante do CONTRATANTE, independentemente da distância de estacionamento do veículo e se há ou não a presença de escadas, rampas, elevadores, etc.

2.1.7. Havendo necessidade, caberá à CONTRATADA providenciar, junto aos órgãos de trânsito de cada município, a devida liberação para estacionamento do veículo próximo ao local de carregamento/descarregamento.

2.1.8. A CONTRATADA deverá apresentar, **em até 48h (quarenta e oito horas)** após a solicitação do CONTRATANTE, um extrato/documento emitido pela Agência Nacional de Transportes Terrestres – ANTT que conste, no mínimo, o quantitativo de veículos exigidos para atender as rotas simultâneas.

2.1.9. A CONTRATADA deverá observar, rigorosamente, para que os colaboradores, bem como os veículos utilizados para a realização dos serviços, não contenham, sob hipótese alguma, identificação, propaganda eleitoral ou símbolo que remeta a candidato, partido político, coligação ou algo do gênero.

2.1.10. A CONTRATADA deverá zelar pela destinação, integridade e sigilo da carga a ser transportada.

### **Do 1º Bloco - Interior**

2.1.11. Para um melhor acondicionamento das urnas eletrônicas, a CONTRATANTE poderá solicitar à CONTRATADA a remessa de paletes (fornecidos pelo CONTRATANTE) no mesmo veículo que fará a rota de distribuição ou recolhimento das urnas eletrônicas (1ª e 2ª etapas), sem custo adicional.

2.1.11.1. A quantidade de paletes será limitada a 10% (dez por cento) do total de urnas eletrônicas de cada rota.

2.1.12. A CONTRATANTE poderá solicitar à CONTRATADA a remessa de outros materiais (fornecidos pelo CONTRATANTE) no mesmo veículo que fará a rota de distribuição ou recolhimento das urnas eletrônicas (1ª e 2ª etapas), sem custo adicional.

2.1.12.1. Esses itens são materiais de consumo diversos, cujas embalagens não ultrapassarão ao peso da urna eletrônica, e não exigem documentação específica ou cumprimento de requisitos especiais para serem transportados;

2.1.12.2. A quantidade de materiais será limitada a 10% (dez por cento) do total da cubagem do compartimento de carga exigido para cada veículo da respectiva rota.

2.1.13. As urnas eletrônicas e outros materiais a serem distribuídos (1ª etapa) sairão do Centro de Apoio do CONTRATANTE, situado na BR 040 - 2,5km (Rua Flor de Trigo nº 20/24, Bairro Jardim Filadélfia, Belo Horizonte/MG) com destino às localidades elencadas no Anexo I do Termo de Referência.

2.1.13.1. O carregamento dos veículos das rotas de distribuição acontecerá, preferencialmente, em dias úteis no horário de 08 às 12h.

2.1.13.2. Os veículos deverão ser apresentados no Centro de Apoio do CONTRATANTE, no máximo, até às 9 horas do dia correspondente ao carregamento (início da rota).

2.1.13.3. O descarregamento dos veículos, em cada município das rotas de distribuição (1ª etapa), acontecerá somente em dias úteis em horários previamente combinados diretamente entre a CONTRATADA e o representante do CONTRATANTE de cada localidade.

2.1.14. As urnas eletrônicas a serem recolhidas (2ª etapa) sairão de cada localidade elencada no Anexo II do Termo de Referência, com destino ao Centro de Apoio do CONTRATANTE, em Belo Horizonte/MG.

2.1.14.1. O carregamento dos veículos das rotas de recolhimento acontecerá somente em dias úteis em horários previamente combinados diretamente entre a CONTRATADA e o representante do CONTRATANTE de cada localidade.

2.1.14.2. A CONTRATADA deverá iniciar os trabalhos de recolhimento, impreterivelmente, no dia previsto para início de cada rota.

2.1.14.3. O descarregamento dos veículos no Centro de Apoio do CONTRATANTE (2ª etapa), acontecerá, preferencialmente, em dias úteis, de 7 às 16 horas.

2.1.15. Cada veículo deverá conter um Romaneio de Viagem abrangendo, no mínimo, as localidades da rota, número do lacre utilizado em cada trecho e o nome com assinatura do representante do CONTRATANTE de cada localidade, na qual foram entregues/recolhidas as urnas eletrônicas.

2.1.16. As portas do veículo deverão ser devidamente lacradas após cada carregamento (rotas da 1ª e 2ª etapas) e a cada descarregamento (rotas da 1ª etapa).

2.1.16.1. Os lacres só poderão ser rompidos na presença de um representante do CONTRATANTE;

2.1.16.2. Os lacres deverão ser fornecidos pela CONTRATADA, devendo ser numéricos e não coincidentes.

2.1.17. A CONTRATANTE, com antecedência mínima de 10 (dez) dias úteis para o início de cada rota, informará à CONTRATADA, por e-mail, o endereço completo de entrega/coleta em cada município, bem como os contatos do representante do CONTRATANTE em cada localidade.

**2.1.17.1. A CONTRATADA, às suas expensas, deverá entrar em contato com os representantes do CONTRATANTE, entre 48 e 24 horas de antecedência,** combinando o horário de descarregamento, quando da distribuição das urnas eletrônicas (1ª etapa), e de carregamento, quando do recolhimento dos equipamentos (2ª etapa).

2.1.18. Para o carregamento das rotas de distribuição (1ª etapa) no Centro de Apoio do CONTRATANTE, as urnas eletrônicas serão entregues pela CONTRATANTE até o veículo, cabendo à CONTRATADA o acondicionamento dentro do compartimento de carga.

2.1.18.1. Considerando que 02 (dois) veículos poderão ser carregados simultaneamente, a CONTRATADA deverá disponibilizar, no mínimo, 03 (três) carregadores por veículo.

2.1.18.2. Cada motorista da CONTRATADA, após o carregamento, receberá um envelope da CONTRATANTE, contendo:

- Guias, com os patrimônios das urnas eletrônicas, que serão utilizadas pelos representantes do CONTRATANTE no momento do descarregamento para conferência patrimonial;
- Um documento denominado "Orientação ao Motorista" com o endereço de entrega em cada município e os contatos do representante do CONTRATANTE em cada localidade.

2.1.18.2.1. Os motoristas não retornarão, finalizada cada rota da 1ª etapa, com nenhum tipo de documento do CONTRATANTE.

2.1.19. Para o carregamento das rotas de recolhimento (2ª etapa), em cada município, o respectivo representante da Justiça Eleitoral colherá a assinatura do representante da CONTRATADA em recibo próprio da CONTRATANTE contendo o quantitativo total de urnas recolhidas.

2.1.19.1. Uma via deste recibo deverá seguir com o motorista, sendo obrigatória sua apresentação ao representante do CONTRATANTE no momento do descarregamento em Belo Horizonte/MG.

2.1.20. Quando do descarregamento no Centro de Apoio do CONTRATANTE (2ª etapa), a CONTRATADA deverá colocar as urnas eletrônicas e outros materiais em paletes (fornecidos pela CONTRATANTE), cuja orientação da posição, quantitativo e a forma de separação será informada pelos representantes do CONTRATANTE no ato da execução do serviço.

2.1.21. A CONTRATADA deverá disponibilizar para cada rota, no mínimo, um motorista e um ajudante, com o objetivo de garantir a execução da atividade.

2.1.22. A CONTRATANTE, por interesse da Administração, poderá remanejar, dentro do período de cada etapa (distribuição e recolhimento), datas de início de rotas, devendo a CONTRATADA ser comunicada, por e-mail, em até 3 (três) dias úteis de antecedência.

## **Do 2º Bloco - Capital**

2.1.23. As urnas eletrônicas de contingência a serem distribuídos (1ª etapa) sairão do Centro de Apoio do CONTRATANTE, situado na BR 040 - 2,5km (Rua Flor de Trigo nº 20/24, Bairro Jardim Filadélfia, Belo Horizonte/MG) com destino às localidades elencadas no Anexo III do Termo de Referência.

2.1.24. As caixas com materiais a serem recolhidas (2ª etapa) sairão de cada localidade elencada no Anexo IV do Termo de Referência, com destino ao Centro de Apoio do CONTRATANTE, em Belo Horizonte/MG.

2.1.25. As urnas eletrônicas e as caixas com materiais a serem distribuídas (3ª etapa) sairão do Centro de Apoio do CONTRATANTE com destino às localidades elencadas no Anexo V do Termo de Referência.

2.1.26. As urnas eletrônicas e as cabinas de votação a serem recolhidas (4ª etapa) sairão de cada localidade elencada no Anexo VI do Termo de Referência, com destino ao Centro de Apoio do CONTRATANTE, em Belo Horizonte/MG.

2.1.27. Para as rotas previstas nas 1ª a 4ª etapas (Anexos III a VI), os veículos deverão ser apresentados no Centro de Apoio do CONTRATANTE ou na primeira localidade da rota, conforme o caso, com, no mínimo, 15min antes do horário de início.

2.1.28. Por questões de segurança institucional, as localidades elencadas nos Anexos V e VI serão omitidas. Contudo, este CONTRATANTE afirma que estarão dentro das áreas limítrofes de Belo Horizonte/MG.

2.1.28.1. A CONTRATANTE, com antecedência mínima de 24h para o início de cada rota, informará à CONTRATADA, os endereços completos de distribuição / recolhimento, até então omitidos.

2.1.29. Para o carregamento das rotas de distribuição (1ª e 3ª etapas) no Centro de Apoio do CONTRATANTE, as urnas eletrônicas e as caixas com materiais serão entregues pela CONTRATANTE até o veículo, cabendo à CONTRATADA o acondicionamento dentro do compartimento de carga.

2.1.29.1. Considerando que 02 (dois) veículos poderão ser carregados simultaneamente, a CONTRATADA deverá disponibilizar, no mínimo, 03 (três) carregadores por veículo.

2.1.30. Quando do descarregamento no Centro de Apoio do CONTRATANTE (2ª e 4ª etapas), a CONTRATADA deverá colocar as urnas eletrônicas, as caixas com materiais e cabinas em paletes (fornecidos pela CONTRATANTE), cuja orientação da posição, quantitativo e a forma de separação será informada pelos representantes do CONTRATANTE no ato da execução do serviço.

2.1.30.1. O descarregamento no Centro de Apoio do CONTRATANTE será, preferencialmente, em dias úteis, de 7 às 16 horas.

2.1.31. Para cada etapa, no mínimo, um representante da Secretaria do CONTRATANTE acompanhará os trabalhos pessoalmente, competindo a esse ser o intermediador junto às Zonas Eleitorais, combinando horário de carregamento / descarregamento, dentre outros.

2.1.32. A CONTRATADA deverá disponibilizar para cada rota (1ª, 2ª, 3ª e 4ª etapas), no mínimo, um motorista e 06 (seis) ajudantes, com o objetivo de garantir a execução da atividade.

2.1.32.1. Às suas expensas, a CONTRATADA deverá disponibilizar veículo apartado para locomoção desses ajudantes até o local de carregamento e de descarregamento.

2.1.33. A CONTRATANTE, por interesse da Administração, poderá antecipar, em até 02 (dois) dias, datas de início de rotas (1ª a 4ª etapa), devendo a CONTRATADA ser comunicada, por e-mail, em até 24h (vinte e quatro horas) de antecedência.

2.2. Na impossibilidade de execução de serviço no prazo avençado, caberá à empresa, **antes do seu término**, solicitar prorrogação, juntando documentos que comprovem a superveniência de fato excepcional ou imprevisível, estranho à vontade das partes, que altere fundamentalmente as condições de execução do contrato.

2.2.1. O pedido será encaminhado à autoridade competente do contratante, para apreciação e decisão.

### 3. SEGURO DA CARGA

3.1. O seguro das urnas eletrônicas será de responsabilidade da CONTRATADA.

3.2. Em caso de sinistro, o valor do ressarcimento será de **R\$ 3.396,41 (três mil trezentos e noventa e seis reais e quarenta e um centavos) por urna eletrônica transportada**, sendo que a quantidade máxima de urnas por veículo deverá obedecer ao estipulado no item 7 do Termo de Referência.

3.3. A CONTRATADA deverá apresentar, **em até 10 (dez) dias corridos**, a contar da data de início de vigência do contrato, limitada ao primeiro dia útil anterior ao início da 1ª etapa dos serviços (Distribuição das urnas eletrônicas - Bloco "Interior"), **a apólice de seguro ou declaração da**

**seguradora referente ao Seguro Obrigatório de Responsabilidade Civil do Transportador Rodoviário - Carga (RCTRC).**

3.3.1. A apólice deverá abranger as perdas e danos causados aos bens decorrentes de acidentes ocorridos no transporte, inclusive perdas decorrentes de furto e/ou roubo da carga, **devendo garantir um valor que acoberte, no mínimo, R\$ 3.396,41 (três mil trezentos e noventa e seis reais e quarenta e um centavos) para cada urna eletrônica.**

#### 4. QUANTITATIVO A SER TRANSPORTADO

4.1. Os quantitativos de urnas eletrônicas, caixas com materiais e cabinas de votação a serem transportados estão consubstanciados nos Anexos I a VI do Termo de Referência, podendo variar em até 20% (vinte por cento) para mais ou para menos, tanto na distribuição quanto no recolhimento.

#### 5. MEDIDAS E PESOS REFERENCIAIS

5.1. Cada caixa contendo uma urna eletrônica possui, aproximadamente, peso de 10Kg (dez quilogramas) e medida de 0,053m<sup>3</sup>.

5.2. Cada caixa com materiais (2ª e 3ª etapas do bloco "Capital") possui, no máximo, peso de 10Kg (dez quilogramas) e medida de 0,04m<sup>3</sup>.

5.3. Cada cabina de votação, quando dobradas, possui, aproximadamente, peso de 250g (duzentos e cinquenta gramas) e medida de 0,012m<sup>3</sup>.

### **ANEXO II**

#### **Instrumento de Medição de Resultado (IMR)**

1.1. Durante a vigência do contrato a Administração adotará o Instrumento de Medição de Resultados – IMR de acordo com os parâmetros estabelecidos na IN nº 05/2017 do MPOG.

1.1. IMR é o mecanismo que define, em bases compreensíveis, tangíveis, objetivamente observáveis e comprováveis, os níveis esperados de qualidade da prestação do serviço e respectivas adequações de pagamento.

1.2. O IMR adotado nesta contratação é baseado em um Fator de Qualidade – FQ que consiste em indicador percentual obtido como resultado de avaliações periódicas acerca da qualidade dos serviços executados pela CONTRATADA.

1.2.1. Caso o serviço seja prestado, mas com nível de qualidade inferior ao mínimo estabelecido, o IMR prevê a redução que deverá ser realizada no valor a ser pago à CONTRATADA, sendo disciplinado nesta contratação pela fórmula a seguir:

**VF = VC x FQ**, onde:

VF: Valor da Fatura (Valor da nota fiscal a ser emitida);

VC: Valor do Contrato (Valor constante no contrato);

FQ: Fator de Qualidade (Índice a ser aplicado em virtude da avaliação dos serviços).

1.3. A meta a ser atingida pela CONTRATADA é de 100%, isto é, espera-se que a empresa obtenha o Fator de Qualidade – FQ = 1,00 para que receba integralmente a remuneração pelos serviços prestados.

1.4. Abaixo apresentamos a tabela para a definição do FQ:

PERCENTUAL DE NÃO CONFORMIDADE	FATOR DE QUALIDADE – FQ
De 0 a 10%	1,00
De 11 a 20%	0,95
De 21 a 30%	0,90
De 31 a 40%	0,85

1.4.1. Para os casos enquadrados em um percentual de não conformidade superior a 40%, vide item 16 do Termo de Referência.

1.5. A fiscalização técnica fará a avaliação dos serviços a qualquer tempo, sem aviso prévio à CONTRATADA, por amostragem e operacionalizada mediante o uso dos formulários abaixo apresentados, ou sistema informatizado que venha a substituí-los, registrando a não conformidade dos itens avaliados em cada etapa e que são passíveis de controle pela Administração deste Tribunal:

<b>FORMULÁRIO</b> <b>Análise de indicadores da 1ª etapa – Bloco Interior</b>			
Indicador	Não conformidade	Universo apurado	% de não conformidade
1) Veículo provido com lonas, plásticos ou cobertores, não acarretando atraso na execução do serviço.			

2) Veículo provido com cordas ou cintas, não acarretando atraso na execução do serviço.			
3) Veículo provido com carrinhos, tipo armazém ou similar, não acarretando atraso na execução do serviço.			
4) Veículo provido com lacres, não acarretando atraso na execução do serviço.			
5) Urnas eletrônicas corretamente acondicionadas no compartimento de carga do veículo para viagem.			
6) Veículo desprovido de qualquer identificação, propaganda eleitoral ou símbolo que remeta a candidato, partido político, coligação ou algo do gênero.			
7) Colaboradores desprovidos de qualquer identificação, propaganda eleitoral ou símbolo que remeta a candidato, partido político, coligação ou algo do gênero.			
8) Entrega das urnas eletrônicas realizada dentro da semana de início da rota.			
9) Acondicionamento das urnas eletrônicas em local indicado pelo representante da Justiça Eleitoral na localidade de destino.			
<b>PERCENTUAL DE NÃO CONFORMIDADE (média)</b>			

**FORMULÁRIO****Análise de indicadores da 1ª, 2ª, 3ª e 4ª etapa – Bloco Capital**

<b>Indicador</b>	<b>Não conformidade</b>	<b>Universo apurado</b>	<b>% de não conformidade</b>
1) Veículo provido com lonas, plásticos ou cobertores, não acarretando atraso na execução do serviço.			
2) Veículo provido com cordas ou cintas, não acarretando atraso na execução do serviço.			



3) Veículo provido com carrinhos, tipo armazém ou similar, não acarretando atraso na execução do serviço.			
4) Urnas eletrônicas e outros materiais corretamente acondicionadas no compartimento de carga do veículo.			
5) Carga devidamente amarrada com cordas ou cintas, evitando a queda e dano aos materiais durante o transporte.			
6) Veículo desprovido de qualquer identificação, propaganda eleitoral ou símbolo que remeta a candidato, partido político, coligação ou algo do gênero.			
7) Colaboradores desprovidos de qualquer identificação, propaganda eleitoral ou símbolo que remeta a candidato, partido político, coligação ou algo do gênero.			
<b>PERCENTUAL DE NÃO CONFORMIDADE (média)</b>			

<b>FORMULÁRIO</b> <b>Análise de indicadores da 2ª etapa – Bloco Interior</b>			
<b>Indicador</b>	<b>Não conformidade</b>	<b>Universo apurado</b>	<b>% de não conformidade</b>
1) Recolhimento das urnas eletrônicas em local indicado pelo representante da Justiça Eleitoral na localidade de origem.			
2) Carga devidamente separada com lonas, plásticos ou cobertores, quando do descarregamento no Centro de Apoio do TRE/MG.			
3) Carga devidamente amarrada com cordas ou cintas, evitando a queda e dano ao equipamento durante o transporte.			
4) Urnas eletrônicas corretamente acondicionadas no compartimento de carga do veículo.			
5) Entrega do recibo próprio da CONTRATANTE contendo o quantitativo total de urnas recolhidas, quando do descarregamento no Centro de Apoio do TRE/MG.			

6) Veículo desprovido de qualquer identificação, propaganda eleitoral ou símbolo que remeta a candidato, partido político, coligação ou algo do gênero.			
7) Colaboradores desprovidos de qualquer identificação, propaganda eleitoral ou símbolo que remeta a candidato, partido político, coligação ou algo do gênero.			
8) Entrega das urnas eletrônicas realizada dentro da semana de início da rota.			
<b>PERCENTUAL DE NÃO CONFORMIDADE (média)</b>			

1.6. Ao final da conclusão de cada serviço agrupado, conforme subitem 12.7., a fiscalização apresentará à CONTRATADA um relatório de avaliação da qualidade, no qual constará, devidamente fundamentado, o FQ obtido pela empresa.

1.6.1. A partir do recebimento do relatório, a CONTRATADA terá até 3 (três) dias úteis para contestar as falhas apontadas e apresentar justificativas, que poderão ser aceitas pela fiscalização do Contrato, ensejando em novas readequações de pagamento.

1.7. A fiscalização emitirá termo circunstanciado para efeito de recebimento definitivo dos serviços prestados, com base nos relatórios e documentação apresentados, e comunicará a CONTRATADA para que emita a Nota Fiscal ou Fatura com o valor exato dimensionado pela fiscalização com base no Instrumento de Medição de Resultado (IMR), ou instrumento substituto.

1.7.1. As adequações do pagamento decorrentes das avaliações pelo IMR não se confundem com as penalidades constantes do Contrato, podendo, ambas, serem aplicadas concorrentemente, observadas as peculiaridades de cada caso.